



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOÃO PEDRO GALVÃO RAMALHO

**A Produção para Consumo Interno na Amazônia da segunda metade  
do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale  
do rio Tocantins**

BRASÍLIA

2017

JOÃO PEDRO GALVÃO RAMALHO

**A Produção para Consumo Interno na Amazônia da segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do rio Tocantins**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

BRASÍLIA

2017

Dedico à Georgina Tolosa Galvão e  
Gabriela Sebba de Souza...

A maneira que encontrei de retribuir todo  
o amor e cuidado ao longo dos anos.

*É evidente que toda a história da humanidade, pelo que sabemos dela, é uma história de transição de uma forma de vida nômade para outra, cada vez mais sedentária. Será que não se deduz disso que a forma de vida mais sedentária (**a nossa**) é a o mesmo tempo a mais perfeita (**a nossa**)? As pessoas se moviam pela terra de um extremo a outros apenas na época pré-histórica, quando havia nações, guerras, comércio, descobertas de diferentes Américas. Mas para que alguém preciso disso agora?*

Ievguêni Zamiátin - Nós (1924).

## **RESUMO**

Esta monografia é uma investigação sobre a economia da Amazônia no período colonial, com ênfase na produção para abastecimento e consumo interno durante a segunda metade do século XVIII. Para atender a este objetivo foram realizadas ao longo do trabalho, três abordagens distintas. Foi analisada a representação feita sobre a economia amazônica em livros sobre a história econômica do Brasil escrito durante o século XX. Em seguida, foi discutida uma historiografia específica sobre economia da Amazônia no período, com foco nos vínculos entre a economia exportadora, os fatores internos de produção e o abastecimento. E, por fim, foi feito um estudo de caso sobre a economia no vale do rio Tocantins realçando a relação não dissociável entre produção para abastecimento e exportação.

Palavras-Chave: abastecimento; economia; Amazônia; América Portuguesa.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis is a survey of Amazonian economy at the time of the colonial period, with an emphasis in the production for supply and internal consumption during the second half of the 18<sup>th</sup>. To achieve this goal were performed along the work three different approaches. The Amazon's economy was analyzed according the depiction made by books concerning the Brazilian economical history during the XX century. Moreover, an specialized historiography about the Amazon economy by the period, focused on the connection between exporting economy, internal factor of production and production intended to supply, was discussed. And, in conclusion, was made an study case about the Tocantins river valley economy, highlighting the inseparable relation between production for supply and production for exporting.

Key-Words: supply; economy; Amazon; Portuguese American.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Porcentagem da produção por destino no Vale do Tocantins.....	59
Figura 2. Categorias de produção por vila .....	60
Figura 3. Proporção dos grupos demográficos por valor absoluto nas localidades (1778).....	62
Figura 4. Tipos de produção dos locais com população livre e escrava e sem indígena aldeada. ....	63
Figura 5. Tipos de produção dos locais com população indígena aldeada presente .....	64
Figura 6. Mapa das populações do vale do rio Tocantins com gráficos dos tipos de produção por localidade. ....	67
Figura 7. Mapa das populações do vale do rio Tocantins com gráficos dos grupos demográficos por localidade. ....	68

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
Capítulo 1.....	13
Capítulo 2: Mudanças no modelo econômico para a Amazônia durante o séc. XVIII e os impactos nas estruturas de abastecimento. ....	29
Capítulo 3: Análise da Produção e da distribuição da mão de Obra no Vale do Rio Tocantins.....	52
Conclusão .....	72
Referências Bibliográficas.....	73

## Introdução

Este trabalho monográfico é o resultado de dois anos de pesquisa sobre a Amazônia no período colonial, principalmente durante a segunda metade do século XVIII. Parto da constatação de que durante muito tempo o recorte espacial, que é tema desta investigação, foi representado de forma periférica e passiva não só na formação do Brasil, como na sua própria. Confrontarei estas representações com uma historiografia especializada neste tema. E, por fim, será realizado um estudo empírico, baseado em fontes, da Produção na região do vale do rio Tocantins, com ênfase no cultivo e extração de gêneros para o abastecimento.

Este trabalho não é único na tentativa de questionar o papel periférico da Amazônia durante o período colonial, muito menos pioneiro. A dissertação da pesquisadora Nádia Farage "As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização"<sup>1</sup>, publicada em 1986, é um marco na tentativa de explicar a colonização no norte do Brasil, sob uma perspectiva que valorize os agentes coloniais autóctones. A autora pretende explicar a defesa do território que hoje constitui o Amazonas como resultado da política de aliança entre portugueses, holandeses e as populações instaladas no Rio Branco.

Desde então, vários trabalhos já foram e ainda são produzidos neste sentido. Em sua maioria, usam como objeto de análise para repensar a colonização a participação dos indígenas (no primeiro capítulo veremos como algumas obras tratam a agência dos nativos na colonização). Merecem destaque a tese de doutorado de Patrícia Sampaio "Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755 - c. 1823." <sup>2</sup> (2000); A dissertação de mestrado do historiador Francisco dos Santos, "Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)"<sup>3</sup>, defendida em 1995; e, Barbara Sommer, uma das principais

---

<sup>1</sup>Nádia Farage, *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991).

<sup>2</sup>Patrícia Maria Melo Sampaio, *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia* (EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012).

<sup>3</sup>Francisco Jorge dos Santos, "Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)" (Dissertação (Mestrado em História)–USP, 1995).

brasilianistas estadunidenses, que publicou em 2000 a sua tese de P.h. D. "Negotiated Settlements: Native Amazonian and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798."<sup>4</sup>.

Entretanto, exceto a tese de Patrícia Sampaio, nenhum deles enfatiza aspectos mais estritos da economia colonial. Ainda que utilizado menos que o devido nesta monografia, a tese do brasilianista Leslie Anderson, defendida em 1976, "Following Curupira: colonization and migration in Pará, 1758 to 1930 as a study in settlement of the Humid Tropics." <sup>5</sup> é referência presente em quase todos os estudos sobre o tema, principalmente aqueles feitos por brasilianistas.

A partir dos anos 90, pesquisas interdisciplinares começam a analisar a economia da Amazônia em seus mais diversos aspectos. Estas referências serão debatidas durante o segundo capítulo, justamente para complexificar e se opor às representações da Amazônia que são vigentes no senso comum, por causa de interpretações como as analisadas no primeiro capítulo. E, para contribuir com estes estudos, no terceiro capítulo será examinada a produção com destino ao Consumo Interno.

No primeiro capítulo, serão analisados três livros publicados durante o século XX e cuja ambição é explicar, pelos mais diversos motivos, a formação do Brasil evidenciando os aspectos econômicos de sua história. As obras desde suas publicações tiveram ampla difusão e provocaram impactos na maneira como não só a academia, mas a sociedade brasileira concebeu a formação do país. De forma que, talvez não diretamente, estas visões interferem na maneira como as pessoas concebem estes temas e são orientadas a agir sobre. Portanto, foi feita a leitura dos livros procurando extrair a maneira que cada autor representava a Amazônia e a relação entre elas.

O segundo capítulo tem dupla função. A primeira é contrastar as representações da seção anterior com as argumentações obtidas em investigações mais recentes sobre a Amazônia portuguesa, visto que, para se opor às caracterizações feitas sobre a região no primeiro capítulo, é necessário

---

<sup>4</sup>Barbara Ann Sommer, "Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Para, Brazil, 1758-1798", 2000.

<sup>5</sup>Robin L Anderson, *Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest, 1758-1911* (Gainesville: University Presses of Florida, 1999).

reconstruir o quadro em questão. A economia amazônica no século XVIII será analisada e discutida sob a perspectiva de uma historiografia complementar à apresentada anteriormente, cujo foco é a revisão da condição periférica do tema. Esta reconstrução servirá de cenário para o terceiro e último capítulo.

Na terceira seção, aspectos importantes para a avaliação da economia da Amazônia portuguesa serão analisados empiricamente utilizando fontes sobre a região do vale do rio Tocantins. Com ênfase na relação entre a produção para Consumo Interno e Exportação, destacando que o abastecimento é indispensável para o funcionamento da colônia e por isso merece destaque nos capítulos desta história. A meta por trás desta empreitada é comprovar que o foco apenas na produção das drogas do sertão não explica tanto sua própria exploração quanto aspectos mais abrangentes daquela sociedade colonial.

Será feito um percurso pela história da Amazônia colonial, desde o papel que lhe foi atribuída na formação econômica do Brasil; da revisão de sua condição periférica e a partir destes modelos apresentada de forma panorâmica a economia da região durante o século XVIII; e finalizando com o exame da Produção para o abastecimento no vale do rio Tocantins, para mostrar que há muitos mais aspectos na história econômica amazônica do que a simples menção à extração de drogas do sertão. Pretende-se, pensando retrospectivamente na ordem dos capítulos, comprovar com o uso de fontes da época que há uma pluralidade de aspectos ainda a serem abordados pela história econômica da região e do Brasil, além de corroborar com a perspectiva de que os fatores externos ao espaço colonial não são mais preponderantes na hora de escrever a história da América portuguesa.

## Capítulo 1

A Amazônia lusa no período colonial, infelizmente, ainda é corriqueiramente retratada como uma pintura sem perspectiva, sem profundidade. Nesse primeiro capítulo, analisaremos as representações da Amazônia feitas em três obras seminais para a formação economia do Brasil enquanto nação. O primeiro, *História Econômica do Brasil 1500 - 1820* (2 volumes), escrito por Roberto C. Simonsen em 1937.<sup>6</sup> O segundo, de 1942, também nomeado *História Econômica do Brasil*, foi escrito por Caio Prado Jr.<sup>7</sup> O terceiro é *Formação Econômica do Brasil*, tese de doutorado (1958) do economista Celso Furtado e que passou por várias reedições.<sup>8</sup>

O objetivo por trás deste exercício não é esgotar o debate que analisa o conteúdo e o impacto dessas obras na historiografia brasileira, ou fazer críticas anacrônicas a obras produzidas no século passado. Partimos da constatação que essas obras têm relevância na historiografia e na própria legitimação de um Estado Nacional durante o século XX e que são bem-sucedidas neste aspecto. Dessa forma, o quadro que pintam da Amazônia é diretamente ligado à maneira como a região é retratada pelo senso comum até hoje. No campo da historiografia, estudos regionais sobre o tema já começaram a aprofundar as pesquisas nessa área e têm tido sucesso em "revelar las relaciones que se establecen y operan dentro del propio espacio colonial"<sup>9</sup> como diria Sempat Assadourian sobre um dos objetivos da investigação histórica colonial.

O mesmo historiador, em seu livro *El Sistema de la economía colonial*<sup>10</sup>, reforça a importância de pensar não apenas o recorte temporal do tema, mas o espacial também. Para o autor argentino, tratar o espaço colonial como idêntico à divisão das nações no período atual é um erro grave que leva a conclusões incorretas sobre a realidade na colônia. Mesmo que Sempat esteja se referindo

---

<sup>6</sup>Roberto C Simonsen, "História econômica do Brasil: 1500-1820", 2005.

<sup>7</sup>Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 28ª ed (São Paulo: Brasiliense, 1994).

<sup>8</sup>Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 3ª ed (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

<sup>9</sup>Carlos SEMPAT ASSADOURIAN, *El Sistema de la economía colonial: Mercado Interno, regiones y espacio económico* (Lima: IEP, 1982), 19.

<sup>10</sup>SEMPAT ASSADOURIAN, *El Sistema de la economía colonial: Mercado Interno, regiones y espacio económico*.

à América espanhola, mais especificamente ao espaço peruano, não deixa de ser extremamente válido para a América lusa.

Hemos esquivado el vicio tan frecuente de aplicar al tiempo colonial la noción moderna de espacio nacional que corresponde ciertamente a otra circunstancia histórica. El uso de esta arbitraria noción de espacio lleva a confusiones notables. Es que al levantar vallados y parcelar equivocadamente los espacios reales de la historia colonial, los fenómenos económicos se vuelven ininteligibles a fuerza de ser circunscritos a extensiones geográficas que resultan inadecuadas para apreenderlos en sutotalidad.<sup>11</sup>

Durante todo o período colonial, a Amazônia não fez parte do então chamado Estado do Brasil, sendo anexada apenas em 1823, com a Adesão do Pará. O que não a retira do contexto da América Lusa, ou atenua sua condição de colônia cujo objetivo era atender a um projeto de enriquecimento da metrópole. Porém, realça diferenças e problematiza a utilização indiscriminada dos limites geográficos atuais para o período colonial.

O economista Francisco Assis da Costa constata a utilização de dois adjetivos que, em geral, são usados para mensurar a preponderância de alguma região para a colônia: "pobre" e "rico".<sup>12</sup> Referir-se à "historiografia brasileira" pode parecer generalista e impreciso conceitualmente. Todavia, se tal generalização aqui é feita, não é de forma despropositada, menos ainda com o intuito de ser caricata. Há uma utilização generalizada desse tipo de adjetivo, mesmo em perspectivas metodológicas diferentes. Na maioria das vezes, esse fenômeno ocorre sem um estudo verticalizado dos vestígios deixados por esses sítios coloniais.

Roberto Simonsen publica em 1936 o seu livro *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. O objetivo do autor durante toda a sua obra é analisar os ciclos produtivos da colônia a fim de compreender o processo de formação econômica do país.

No estudo que vamos empreender, procuraremos fazer trabalho sinceramente objetivo, visando focalizar os fatos ligados às atividades

---

<sup>11</sup>SEMPAT ASSADOURIAN, 110. "Temos nos esquivado ao vício frequente de aplicar o tempo colonial à noção moderna de espaço nacional que corresponde a outra circunstância histórica. O uso dessa noção arbitrária de espaço leva a confusões notáveis. É que ao levantar treliças e dividir equivocadamente os espaços reais da história colonial, os fenômenos econômicos se tornam ininteligíveis por estarem circunscritos a extensões geográficas que são inadequadas para apreende-los em sua totalidade." (Tradução própria)

<sup>12</sup>Francisco de Assis Costa, "A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)", *Economia e Sociedade* 21, n° 1 (2015): 199.

econômicas do homem em nossa terra, desde a sua descoberta, analisando a formação econômica que acompanhou a da sociedade brasileira.<sup>13</sup>

O autor enxerga que, considerando o momento político em que vive, é primordial para o desenvolvimento do país compreender este processo. A obra foi publicada em 1936, mas sua ligação com a tentativa de golpe em 1932 é indissociável. Logo no primeiro parágrafo da introdução Simonsen diz:

"EM PRINCÍPIOS de 1933, numa atribulada fase da vida paulista, considerável plêiade de intelectuais lançava, nesta cidade, um manifesto, que se há de tornar memorável com o correr dos tempos. Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de "elites", em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo, com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante, de que São Paulo era, e é, a vítima principal."<sup>14</sup>

A urgente necessidade de criar escolas de formação de elites foi atendida e o governo de São Paulo criou a Escola de Sociologia Política. Dentro do programa de ensino constava o curso de História Econômica Nacional. Simonsen cria o livro justamente neste contexto e atendendo às necessidades listadas acima. Ainda na introdução o autor reforça o caráter objetivo da sua obra e afirma não se limitar a "*sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos*". Apesar desse princípio de neutralidade e imparcialidade, a obra já no excerto acima está claramente identificada com um pensamento político específico. No prefácio escrito por Afrânio Peixoto, questões que permeiam a análise do autor sobre o processo colonial ficam ainda mais presentes.

Entretanto, essa história não é "paulista", é brasileira. É sempre o Brasil que vence, afinal. O bandeirante despovoador vai até onde pode ir arredondando a periferia do Brasil. Com as minas achadas, é esse bandeirante o repovoador do deserto, com as cidades que se levantam em torno das catas. A pecuária fora a segunda linha do açúcar litorâneo: torna-se a subsistência indispensável das minas sertanejas. As tropas e tropeiros, de todas as proveniências, para todas as direções, são os vasos e nervos que comunicam os órgãos brasileiros entre si. A economia desparticularizou o Brasil: deu ao todo fracionado pela extensão, pela servidão, pelas necessidades, pelos

---

<sup>13</sup>Simonsen, "História econômica do Brasil: 1500-1820", 44.

<sup>14</sup>Simonsen, 33.

interesses, uma unidade, malgrado dos homens transitórios, às vezes injustos, maus, reprováveis...<sup>15</sup>

Atualmente, pensar em neutralidade e imparcialidade é menos relevante no que tange a produção de conhecimento histórico. Ou seja, o estudo produzido por Roberto Simonsen não é necessariamente pior por causa das perspectivas históricas e políticas verificadas nos excertos acima. Porém, esses indícios são contundentes para demonstrar que estão presentes na formação econômica brasileira de Simonsen, questões regionais e políticas que inevitavelmente afetam a maneira como se representam as outras regiões do país.

Entre as três obras analisadas (*História Econômica do Brasil 1500 - 1820* (2 volumes) (1937); *História Econômica do Brasil* (1942); *Formação Econômica do Brasil* (1958).)<sup>16</sup>, a de Simonsen contém mais páginas dedicadas à Amazônia. A diferença está na preocupação que o autor tem em discorrer sobre todas as regiões que a sua época compunha o estado nacional, no final do capítulo dedicado a região amazônica o autor esclarece esse ponto. Sem evitar, é claro, que os fatores de ordem política apresentados nos parágrafos anteriores interferissem.

Com a incorporação do Amazonas e suas ligações com o Planalto Central, fica concluída e explicada a trama social e a infra-estrutura econômica, que se formou no Brasil no período colonial e a que nos referimos no Capítulo VIII[...]Ocupada a costa pelo comércio do açúcar e do pau-brasil, invadidos e dominados os sertões pelas formas já expostas, houve ainda outros elementos, além dos de ordem econômica, que facilitaram a formação unitária do país.<sup>17</sup>

O sétimo capítulo do livro intitulado "Os Fundamentos Econômicos da Ocupação do Amazonas" pode ser dividido em três partes. A primeira fase, como o autor nomeia, se ocupa do primeiro momento do processo de conquista do território amazônico vai até 1640. Simonsen chega a citar uma afirmação de Joaquim Nabuco de que a ocupação da bacia do Amazonas é "uma das páginas

---

<sup>15</sup>Simonsen, 30.

<sup>16</sup>Simonsen, "História econômica do Brasil: 1500-1820"; Prado Jr., *História Econômica do Brasil*; Furtado, *Formação Econômica do Brasil*.

<sup>17</sup>Simonsen, "História econômica do Brasil: 1500-1820", 449.

mais impressionantes da história da expansão lusitana"<sup>18</sup>. Segundo o autor, é a última etapa da ocupação da faixa litorânea do Brasil.<sup>19</sup>

A alta do açúcar e o desenvolvimento do seu comércio estimularam também os portugueses a estender os seus domínios, afastando ainda o estabelecimento de possíveis concorrentes. E, de 1584 a 1656, se efetuou a expansão geográfica portuguesa pelo litoral, do Itamaracá até o Amazonas.<sup>20</sup>

Já a segunda parte corresponde ao fim deste período de "conquista" e é marcada pela penetração da presença missionária e as constantes disputas pelo controle temporal dos diversos grupos indígenas. Uma das sessões do texto que é bastante explicativa sobre a concepção do autor quanto a esta etapa da colonização amazônica é denominada "Anarquia e pobreza". O período compreende os vinte e sete anos entre 1661 e 1686. Estas datas correspondem à expulsão do Padre Vieira e dos Jesuítas até o estabelecimento do regimento das Missões.

No período compreendido entre 1661 e 1686, quando foi promulgado o regimento das Missões, reinou uma quase anarquia administrativa no Estado do Maranhão e acentuou-se a rivalidade já latente entre São Luís e Pará.<sup>21</sup>

O estado de anarquia e desentendimento que se verificava nas capitanias do Estado do Maranhão refletia também a situação de extrema pobreza ali existente. [...] A pobreza e o desentendimento chegaram a tal ponto que os próprios moradores achavam dificuldades em promover as entradas pelo sertão, para os resgates, e, em 1678, fizeram representações à Metrópole, propondo que essas entradas fossem feitas por conta da Coroa<sup>22</sup>

Nos trechos retirados acima, denota-se o adjetivo apontado por Costa na qualidade medida para avaliação do desenvolvimento colonial, "pobre". É perceptível como Simonsen reproduz o esquema comum de descrição desse período da Amazônia, a disputa pela mão de obra indígena entre as ordens missionárias e os colonos. Inclusive, o autor se posiciona ao atrelar anarquia e pobreza como resultadas da ausência do controle missionário sobre os autóctones.

A terceira e última fase inicia com a ascensão do Marquês de Pombal ao trono português e vai até o fim do reinado da Rainha Maria I. O período é

---

<sup>18</sup>Simonsen, 388.

<sup>19</sup>Simonsen, 394.

<sup>20</sup>Simonsen, 394.

<sup>21</sup>Simonsen, 407.

<sup>22</sup>Simonsen, 408.

marcado por algumas mudanças: a expulsão dos jesuítas do Estado do Grão-Pará e Maranhão; a dissolução das aldeias e enfraquecimento do poder missionário; o estabelecimento do Diretório dos Índios e transferência do controle temporal dos índios aldeados para a administração colonial; a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fomenta a produção agrícola, o extrativismo com fim a exportação e introduz a mão de obra africana. É um momento de mudanças na estrutura colonial da região.

Mal se retiraram os religiosos das missões, quebrou-se o laço que prendia os indígenas a uma forçada civilização. A reforma pombalina, que os declarava livres, ou o Diretório de Mendonça, que devia promover a regeneração social e econômica, não fizeram mais que lhes apressar a ruína. [...] A série de leis promulgadas para o Brasil a fim de proteger a liberdade dos índios e os sucessos verificados com a sua aplicação mostraram, como aliás em outras partes do mundo, a improficuidade de tais leis em face aos perigos que, do contacto entre uma raça civilizada e outra atrasada, decorrem para esta última. Por mais paradoxal que isso pareça, a História comprova que a mais civilizada e forte destrói a mais fraca. [...] O ato de Pombal, retirando dos religiosos a direção das aldeias, veio provar que o bem-estar e a aparente prosperidade, que ali se usufruíam, eram mais devidos à organização do que ao rendimento proporcionado pelo comércio externo. A exaltação da riqueza das aldeias resultava mais do contraste com a miséria da costa do que do seu valor absoluto.<sup>23</sup>

Mais uma vez destaca-se a mensuração do espaço colonial utilizando categorias relacionadas à riqueza e à pobreza. Porém, nestes excertos existem também outros aspectos emblemáticos que contribuem para a representação esquemática da Amazônia Colonial. Por exemplo, no primeiro excerto, os motores da história são a reforma pombalina, e seu subproduto o "Diretório de Mendonça" e os religiosos das missões os lesados, o produto dessa equação é negativo, a ruína social e econômica da região.

No segundo, novamente, fatores exógenos são os motivos exclusivos das mudanças no espaço colonial. As leis são promulgadas para o Brasil, originam-se distante da colônia, portanto a população *in loco* não tem ingerência no processo.<sup>24</sup> Além, é claro, da predominância do pensamento evolutivo teleológico baseado na aplicação de características como "raça civilizada" e "raça atrasada". A concepção de que o encontro entre estas raças assimétricas significa a destruição da segunda é, de acordo com nossa hipótese, um dos

---

<sup>23</sup>Simonsen, 437–38.

<sup>24</sup> No segundo capítulo quando for explicada, a tese do historiador Mauro Coelho vai corroborar a hipótese que algumas legislações tiveram origem na colônia. Inclusive, o referido "Diretório de Mendonça" é o objeto de estudo do pesquisador para comprovar sua hipótese.

motivos que gera a hierarquização entre os eventos e agentes históricos. E, sendo as capitânicas do Pará, Rio Negro e em alguma medida do Maranhão, mais distantes do modelo de exploração econômica colonial tradicional, mais próximas de um modelo extrativista que não se baseia em mão de obra escrava africana, é tornada secundária a importância da região no período colonial.

O terceiro excerto destaca a disputa de mão de obra entre colonos e ordens missionárias apenas como coadjuvantes de um processo colonizador exógeno, que interfere verticalmente sobre a colonização, na figura da Coroa e das decisões tomadas pelo conselho ultramarino. Menos importante que o posicionamento do autor em celeumas historiográficas, é importante frisar a reprodução da história da Amazônia de forma esquemática. Dessa maneira, veda a possibilidade de creditar agencia às pessoas que viviam no espaço colonial amazônico, aquelas cujas relações se revelam e operam constituindo-o.

O livro escrito por Simonsen não perde importância no momento de sua publicação e tem participação indelével em dois dos outros livros estudados nesse projeto. A análise dos ciclos econômicos proposta por Simonsen vai ser presente tanto no livro de Caio Prado Jr, quanto na obra de Celso Furtado. Prado Jr. não concorda com Simonsen e chega a conclusões divergentes, mas ainda assim foca nas mesmas questões: O início do povoamento; exploração do pau-brasil; ciclo da cana; mineração; pecuária; ocupação da Amazônia. Já Celso Furtado, ainda que divergindo de Simonsen, o utiliza em sua obra para amparar suas análises nas grandes quantidades de dados estatístico elaborados por este.

Ao mesmo tempo, Simonsen faz uma ampla elaboração estatística sobre cada tema estudado, indicando um enorme trabalho na busca de documentos os mais diversos, no Brasil e na Europa. Muitos desses dados, como se sabe, fornecerão os elementos para análise de Furtado, sob outra ótica e interesse. Menos dito é que o livro de Caio Prado Júnior, ainda que use muitas das fontes e autores de Simonsen, chega a resultados diversos, dada sua própria ótica valorativa e política.<sup>25</sup>

Caio Prado Jr. faz parte da chamada "geração de 30" junto com Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande e Senzala* (1933) e Sérgio Buarque de Holanda que escreveu *Raízes do Brasil* (1936). O livro de Prado Jr., que o inseriu nessa geração e lhe rendeu o título de ser o primeiro a adaptar o marxismo para o

---

<sup>25</sup>Igor Zanoni Constant Carneiro Leão, "A história econômica do Brasil (1500/1820), de Roberto Simonsen", *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes* 22, nº 1 (2015): 76.

contexto sócio-político brasileiro, foi *Formação do Brasil Contemporâneo*, lançado em 1942. A preocupação desse livro era compreender a formação econômica brasileira e o que a condicionou na transição da Colônia à Nação.

Neste trabalho, discutiremos o livro *História Econômica do Brasil*, lançado em 1945. Nessa obra, Caio Prado faz uma análise mais detida dos aspectos condicionantes da formação econômica do país. Não utiliza o modelo de análise que se detém em quatro grandes ciclos produtivos: pau-brasil; cana de açúcar; ouro; café. Porém, não deixa de explicar a formação econômica e social do país a partir da ótica de exploração dos recursos naturais como projeto de colonização por parte da metrópole.

Se Simonsen tinha como objetivo formar elites para dar continuidade ao progresso do país, Prado Jr. analisou a economia colonial com o objetivo de compreender os condicionantes que levaram o país a ser como era em seu tempo a fim de libertar-se deles. A tese central do livro é de que o Brasil viveu um modo de produção pré-capitalista, um sistema colonial, até a Segunda Guerra Mundial. O "velho sistema" já estava em franco declínio desde antes da Guerra.<sup>26</sup>

Estes fatos comprovam que não era mais possível manter-se a economia brasileira e alimentar a vida do país dentro de seu antigo sistema produtivo tradicional. Para promover o progresso do país e de suas forças produtivas, mesmo para simplesmente conservar o nível adquirido, tal sistema era evidentemente insuficiente. Apresenta-se então a perspectiva de estagnação e decadência; e é o que definitivamente ocorreu na maior parte do país. Entre outros, o exemplo da região amazônica é característico; mas está longe de ser o único<sup>27</sup>

Para Prado Jr., o grande problema do "velho sistema" era a incompatibilidade entre o momento histórico vivido pelo mundo e as carências e limitações que o impediam o país de evoluir. Dessa forma, para o autor, o Imperialismo do século XIX e início do XX, paralelo à independência do Brasil, são importantes justamente por mostrar a contradição desse modelo e sua incapacidade de atender as necessidades nacionais. Já, em 1945, quando lançou o livro, essas necessidades podem ser facilmente traduzidas para mercado

---

<sup>26</sup>Marcos Emílio Ekman Faber e Ismael Wolf, "RESENHA DE HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL DE CAIO PRADO JUNIOR", *historialivre*, 22 de novembro de 2007, <http://www.historialivre.com/brasil/caiopradopradojr.htm>.

<sup>27</sup>Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 288.

interno e para setores industriais consolidados. Portanto, não é incorreto trabalhar com a hipótese de que "o exemplo da região amazônica é característico" justamente por não atender as necessidades de mercado interno e setor industriais consolidados na análise do autor.

Para fundamentar a hipótese do parágrafo anterior e expandi-la, é importante analisar o capítulo 9 do dito livro. Com o título "A colonização do Vale Amazônico e a Colheita Florestal", nesta sessão, Caio Prado Jr. descreve "os traços principais e mais característicos deste gênero de vida de colheita natural que forma a principal e quase única base de colonização do vale amazônico"<sup>28</sup>. O capítulo contém 07 páginas no total e, inclusive por este motivo, é menos detalhista do que a descrição feita por Simonsen.

Na mata espessa e semi-aquática que borda o grande-rio; em terreno baixo e submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando nas cheias áreas imensas, deslocando grandes tratos de solo que são arrancados às margens e arrastados pela correnteza;<sup>29</sup>

Prado Jr., durante toda a obra, recorre muito à caracterização da flora e preocupa-se em destacar a participação de aspectos físicos na colonização. No caso da Amazônia, assim como Simonsen, destaca-se, primeiramente, a exaltação da natureza como fator que evidencia as dificuldades da colonização e empecilhos a conquista. Mas, se para o primeiro autor, quando analisado este aspecto, a empresa tornava-se mais gratificante, para o segundo o resultado é negativo.

[...] nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda do equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula. Além disto, a pujança da vegetação equatorial não lhe dá tréguas. A luta exige esforços quase ilimitados se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer. A agricultura, que requer um certo domínio sobre a natureza, apenas se ensaiou. A conquista do vale amazônico tinha de contar com outros fatores.<sup>30</sup>

Faz-se importante iniciar comentando como Prado Jr. ao se referir que o "homem se amesquinha" acaba gerando duas conclusões. A primeira é de que o indígena não é considerado "homem" e dessa forma está mais próximo do que o autor chamou de "outros fatores". Continuar a leitura do capítulo sugere essa

---

<sup>28</sup>Prado Jr., 74.

<sup>29</sup>Prado Jr., 69.

<sup>30</sup>Prado Jr., 69.

interpretação. A segunda sugere que os diversos povos autóctones foram amesquinados pelas condições naturais. Esta também é sustentável quando ao final apresentarmos a avaliação que o autor fez do modelo econômico primariamente baseado na "coleta". Este modelo é uma herança direta das práticas, costumes e sabedoria indígenas que foram apropriadas para suprir o "sentido colonizador" do período, de acordo com as possibilidades físicas da região.

Outro ponto de destaque é a consideração da colonização como incipiente. A parca divisão cronológica feita pelo autor leva à generalização dessa qualificação por todos os quase 200 anos de presença colonizadora na Amazônia portuguesa. Dada esta ausência e a incapacidade de domínio da natureza, a agricultura (aos moldes da plantation escravista constatada em outros locais da colônia) não pode prosperar. O que é discrepante com a presença imperativa dos roçados de mandioca (principalmente), milho e feijão, em praticamente toda aglomeração populacional no vale amazônico. Sem contar o fomento ao cultivo do arroz e café para exportação pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará. Espera-se no capítulo 3 desta monografia constatar a relevância da produção para abastecimento no contexto do funcionamento da economia colonial.

Para ambos estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco: [...] Empregado assim em tarefas que lhe são familiares ao contrário do que se deu na agricultura e na mineração (nesta última, aliás, nunca foi ensaiado), o índio se moldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco. Não se precisou do negro.<sup>31</sup>

Como estamos seguindo a análise do texto de Prado Jr., de acordo como o autor concatena suas ideias no livro, é importante destaca a esta altura o papel do indígena na colonização. O excerto citado acima corresponde a dois trechos de um extenso parágrafo em que o autor constata que havia apenas duas ocupações no vale amazônico e para ambas o indígena era a melhor opção de mão de obra. Estas atividades eram “penetrar a floresta ou os rios para colher os

---

<sup>31</sup>Prado Jr., 70.

produtos e captura peixe"<sup>32</sup> e “conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção.”<sup>33</sup>.

Para além da exaltação da expertise do indígena para lidar com as dificuldades intrínsecas ao ambiente onde é natural, o final do trecho em discussão tem uma caracterização emblemática e que novamente aproxima Roberto Simonsen e Caio Prado Jr.: “o índio se moldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco.”<sup>34</sup>. A semelhança entre os dois reside no paralelismo entre a ideia do primeiro de que a “raça civilizada” “destruiu” a “raça atrasada” a afirmação do segundo quanto à facilidade do domínio do branco sobre o índio. Em ambos, ao indígena não é creditada nem a resistência.

Mas seja como for, os padres realizaram uma grande tarefa econômica no vale amazônico. A eles cabe a iniciativa do desbravamento de todo este território imenso, semeando suas missões num raio de milhares de quilômetros. Estas missões, no aspecto que nos interessa aqui, constituem importantes empresas comerciais. Reunidos os índios em aldeias – para o que os padres contavam com dons de persuasão que fazem honra a seu instinto psicológico e habilidade política, - eram eles submetidos a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho e da vida em geral.<sup>35</sup>

Neste excerto há mais similaridades. Prado Jr. reforça o papel das ordens religiosas quando menciona os padres. Este ponto fica explícito quando na citação atribui aos padres os responsáveis pela “grande tarefa econômica no vale amazônico”. Essa compreensão reforça as similaridades do pensamento entre os dois economistas cujas obras aqui foram analisadas. Essa exaltação interfere no papel dos indígenas cujo valor foi exaltado no excerto anterior, em comparação se tornam valorosos apenas como um instrumento, em ambos os autores. Uma hipótese possível para justificar essa convergência tem a ver com o *zeitgeist* da época, que dificultava a atribuição de papel substancial na colonização para grupos considerados “atrasados” ou “amesquinhadados”. Independente da(s) causa(s), a Amazônia, além da sua produção literária própria e das visões exóticas sobre a região, não teve espaço nos mitos fundadores do país sobre o período colonial.

---

<sup>32</sup>Prado Jr., 70.

<sup>33</sup>Prado Jr., 70.

<sup>34</sup>Prado Jr., 70.

<sup>35</sup>Prado Jr., 71.

Simonsen chega a equivaler a economia da Amazônia com a do planalto do Piratininga<sup>36</sup>, todavia a primeira não tem figuras que até hoje estão no imaginário popular, como os bandeirantes. Pelo contrário, tanto aquele autor quando Prado Jr. ao ressaltar o que há de glorioso na “Conquista da Amazônia” ressaltam o papel do colonizador que distante do seu habitat tentam tanto quanto possível o domínio não só da natureza (que por vezes falham) quanto dos nativos.

Para encerrar a análise da representação que Caio Prado Jr. faz da Amazônia no período colonial, falta apenas apresentar e discorrer sobre a avaliação que o autor faz após expor rapidamente “os traços principais e mais característicos deste gênero de vida de colheita natural que forma a principal e quase única base de colonização do vale amazônico”<sup>37</sup>.

A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo, mesmo em nossos, ainda não se completou, lá seria muito retardada. A Amazônia ficou, neste sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas no território brasileiro. Quanto a seus resultados materiais, eles também são minguanes. [...] A Amazônia ficará na pura colheita; e por isso vegetará, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes melhor aparelhados. Deu-se isto com o cacau, antes seu monopólio no Brasil, e cuja hegemonia passará, entre nós, para a Bahia. Dar-se-á o mesmo, um século depois, em proporções muito maiores e dramáticas, com a borracha. A colonização do vale amazônico ainda hoje é incógnita.<sup>38</sup>

Exposta a avaliação que o Prado Jr. faz da Amazônia no período colonial, é compreensível dentro da linha de raciocínio definir a região como “característica”<sup>39</sup>. A inadequação do modelo de exploração do Estado do Grão-Pará com o que foi estabelecido em outras regiões da colônia e o estabelecimento deste padrão à época inatingível na Amazônia é, portanto, a explicação para a avaliação negativa e periferizante de Caio Prado.

O próximo livro a ser examinado é *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado (1958). Assim como Simonsen, Furtado tem por objetivo escrever um livro introdutório sobre o processo econômico que passou o país, da Colônia à República. Porém, diverge do autor de *História Econômica do Brasil (1500 - 1820)* quanto à finalidade do conhecimento que introduz em sua obra.

---

<sup>36</sup>Simonsen, “História econômica do Brasil: 1500-1820”, 395.

<sup>37</sup>Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 74.

<sup>38</sup>Prado Jr., 74–75.

<sup>39</sup>Prado Jr., 288.

O presente livro pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo, em 1958, o autor teve a em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para as pessoas — cujo número cresce dia a dia — desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. [...] A assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, em nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar.<sup>40</sup>

Celso Furtado não tem como objetivo escrever para a elite que iria conduzir o país ao progresso, nem formar uma *intelligentsia* brasileira, como pretende Simonsen. Pelo contrário, por escrever em um contexto de maior número das universidades federais, o autor destina seu trabalho a um público mais abrangente.

O autor distancia-se do ofício do historiador e aproxima-se mais da sua formação que é em economia, o que não diminui a qualidade do trabalho, ou altera o caráter de análise histórica do livro. Como visto no excerto:

A assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, em nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante<sup>41</sup>

Já que seu foco é perceber as teorias econômicas no processo histórico, inevitavelmente a obra fica presa aos casos que são exemplares. Dessa forma, por não se encaixar e atender as características das teorias econômicas usadas por Furtado, a Amazônia é representada sempre de forma “subdesenvolvida” e periférica, principalmente no período colonial.

É possível conceber dois tipos de descrição para a região amazônica, a primeira é novamente sob a perspectiva da conquista do território, ou seja, a defesa dos limites a partir da ocupação da foz do rio Amazonas. Em que o autor, convergindo com a explicação de Simonsen, vai descrever a ocupação do território amazônico se restringindo a explicação da defesa do litoral norte da colônia.

Na época do apogeu açucareiro, Portugal ocupou - expulsando franceses, holandeses e ingleses - toda a costa que se estende até a foz do Amazonas. Pelo menos nessa parte da América estava eliminado o risco de formação de uma economia concorrente.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup>Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 21.

<sup>41</sup>Furtado, 21.

<sup>42</sup>Furtado, 108.

E há também as situações em que se refere a capitânia do Pará com o objetivo de destacar o isolamento desta em relação ao Maranhão que se relacionava com o Estado do Brasil em decorrência da *hinterland* pecuária.<sup>43</sup>

Dessa forma, apenas o Pará existia como um núcleo totalmente isolado. Os três principais centros econômicos - a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão - se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário<sup>44</sup>

Há uma menção à economia do Pará, considerando esta e o Maranhão como centros autônomos ao norte. E destacando a permanente marca da Amazônia no período colonial, economia extrativista baseada na mão de obra indígena e organizada pelos jesuítas.<sup>45</sup>

No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena.<sup>46</sup>

Com essas descrições encerram-se as referências que Furtado faz a região em questão. Além das similaridades, a ausência de descrições feitas pelo economista é emblemática. Ainda que o autor acerte em perceber que é uma colônia separada e mais próxima de Lisboa administrativamente do que do Estado do Brasil não deixa de ser uma pedra de toque em uma obra chamada *Formação Econômica do Brasil*, escrita durante o século XX.

De imediato chamam a atenção na obra de Furtado as poucas menções à Amazônia e a quase total ausência de referências a essa região na etapa colonial marcada pelo êxito da empresa açucareira nos séculos XVI e XVII e mesmo na economia escravista mineira do século XVIII. Apenas a borda leste da região – Maranhão – entra em cena e é incorporada para a defesa do complexo econômico açucareiro nordestino e, no período de transição para o trabalho assalariado, como espaço da imigração nordestina que sustentou a exploração da borracha.<sup>47</sup>

A geógrafa Bertha Becker, no artigo *Por Que a Participação Tardia da Amazônia na Formação Econômica do Brasil?*<sup>48</sup>, analisa o livro de Furtado e constata que são poucas as referências à Amazônia. De acordo com a autora, para Furtado, a participação inicia-se apenas na virada do século XIX

---

<sup>43</sup>Furtado, 139.

<sup>44</sup>Furtado, 139.

<sup>45</sup>Furtado, 138.

<sup>46</sup>Furtado, 138.

<sup>47</sup>Bertha Becker e Claudio Egler, “Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?”, in *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992), 201.

<sup>48</sup>Becker e Egler, “Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?”

para o XX, no contexto da integração entre o Nordeste e a Amazônia. Refere-se ao que o economista chama de “Transumância Amazônica” que é a migração de mão de obra nordestina para o trabalho nos seringais da Amazônia, durante o *boom* da exploração da borracha.

A participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil é, portanto, muito bem captada pelo autor, assim como a sugestão de complementaridade entre o Nordeste e a Amazônia que, certamente, influenciou nas políticas nacionais de desenvolvimento regional.<sup>49</sup>

Portanto, a pesquisadora reforça a ideia de que a integração definitiva deste espaço ao Brasil ocorreu apenas nas políticas do império e da república. Durante a primeira, Becker afirma que a Amazônia permanece periférica ao passo da preponderância da economia cafeeira do século XIX, mas constitui questão de estado no que tange a proteção da soberania imperial sobre o território. Já no período republicano, ainda sob a perspectiva da proteção territorial, mas agradava pela migração de mão de obra argentina para os seringais.<sup>50</sup>

Quanto às hipóteses de Becker sobre a integração definitiva da Amazônia ao Brasil, o marco temporal foge do escopo da nossa análise, ainda que os argumentos da autora pareçam consistentes. O problema sobre essa análise são as implicações feitas na representação da Amazônia durante o período colonial que são inexistentes.

Para a autora, a expansão do sistema capitalista na região aqui observada por ser diferente das outras regiões durante o período colonial acaba tornando a Amazônia alheia ao processo de colonização do Brasil, uma “economia de fronteira”.

Embora não fugindo a essa regra geral, a ocupação da Amazônia tem pelo menos três particularidades em relação a outras porções do imenso território latino-americano: i) a ocupação tardia e disputada por múltiplos atores; ii) os surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, sempre por iniciativas externas, seguidos de longos períodos de estagnação; e iii) a geopolítica que explica o controle de tão extenso território com tão poucos recursos, na medida em que os interesses econômicos dominantes foram regularmente malsucedidos na implementação de uma base econômica e populacional estável.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup>Becker e Egler, 201.

<sup>50</sup>Becker e Egler, 211.

<sup>51</sup>Becker e Egler, 203.

Todavia, já no século XVIII, a Amazônia portuguesa não sofre tanta disputa pelo seu território e os múltiplos atores que disputam o seu controle são na maioria dos casos os próprios agentes daquele espaço colonial. O tratado de Madri e a aceitação do princípio de *uti possidetis* confirma a ocupação incontestada do território. Inclusive, as fronteiras do atual estado de Amazonas sofreram poucas alterações desde a época.

No que tange à dependência econômica às demandas do mercado de consumo europeu, citada pela autora, mesmo durante momentos em que não há valorização dos produtos no mercado internacional, a Amazônia é devassada. Isto ocorre porque a autora está correta em compreender a racionalidade econômica do explorador atrelada à crença de que "o progresso como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebida como igualmente infinitos". Inclusive, Costa, ao analisar séries econômicas, confirma que mesmo durante períodos de baixa dos preços a economia cresce e isso ocorre por fatores internos (esta discussão será feita mais detalhadamente no segundo capítulo). Esses fatores internos são os responsáveis pelo relativo grau de autonomia econômica da região.

E, para finalizar, de fato, a colonização da Amazônia em dados momentos sofreu com poucos recursos e não teve desempenho tão preponderante no valor absoluto das exportações em comparação com outras regiões da América Lusa. Porém, como pretendemos iniciar discutindo o capítulo a seguir, estes não são os únicos meios de avaliar ou não a eficiência da economia de uma colônia, menos ainda da colonização como um todo.

Enfim, este capítulo encerra-se aqui demonstrando como distintas narrativas sobre a Amazônia não foram capazes de romper com representações esquemáticas deste espaço no período colonial. Inclusive, entre si, reproduzem fórmulas similares de esquematização que geralmente retiram a capacidade de ação dos agentes coloniais internos, principalmente dos indígenas. E, sempre, contando o desenvolvimento da experiência colonial sobre a ótica do colonizador, vedando aos acontecimentos daquele espaço que sejam partícipes de sua história.

## **Capítulo 2: Mudanças no modelo econômico para a Amazônia durante o séc. XVIII e os impactos nas estruturas de abastecimento.**

A Amazônia foi tratada por uma historiografia específica de forma periférica quanto a sua importância no anacrônico exercício da construção nacional. Neste capítulo, o objetivo é contrastar estas representações com uma historiografia sobre a Amazônia que em sua maioria foi produzida nos últimos 30 anos, com alicerces teóricos divergentes e escrita por pesquisadores cuja pesquisa tem foco na região. De acordo com o economista Francisco Assis da Costa, dois motivos são considerados responsáveis por essa periferização: 1) O modo de produção baseado no agroextrativismo; 2) O Valor Bruto das Exportações da capitânia do Pará, mais baixo do que de outras regiões do Brasil, como Maranhão, Salvador e Recife.

Para começar a se distanciar destas visões e se aproximar de uma abordagem mais substantiva do modelo econômico na Amazônia, seguiremos a crítica de Francisco Assis da Costa e faremos uma análise macro da economia no Pará e rio Negro. Costa questiona essas representações ao afirmar que estas relações não são o suficiente para avaliar o bom ou mal suceder de uma colônia. Pelo contrário, é necessário averiguar a capacidade dessa economia de se integrar como subsistema do Império Colonial Português e os fatores internos que permitem a reprodução do modelo econômico.

"Ocorre que tais relações não são suficientes para estabelecer os sentidos propriamente econômicos das grandezas a que se referem. Se dão alguma indicação sobre a eficiência da parte (a Colônia) no anseio primordial do empreendimento mercantil colonial como um todo maximiza a receita, tais relações não fornecem base para julgar a eficácia dos processos subjacentes a tal anseio, seja na ótica reprodutiva do sistema, seja na perspectiva das estratégias operadas em cada uma das suas partes."<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup>Francisco de Assis Costa, "A Economia Colonial Do Grão-Pará: Uma Avaliação Crítica (1720-1822)," *Economia E Sociedade* 21, no. 1 (2015): 1999.

Em seu artigo, analisando a integração da Amazônia com o império português, o autor faz sua reflexão em duas partes. Na primeira, observa a eficiência da economia estudada em se firmar na economia mundo comparando a sistemas envolventes (metrópole e mercado mundial) e concorrentes (Colônia do Brasil). Já na segunda, detalha o período e o desenvolvimento econômico estudado, evidenciando os impactos provocados por mudanças na gestão da economia amazônica durante o século XVIII.

Visto o foco desta monografia em analisar a produção e distribuição de gêneros voltados para o consumo interno na região do Vale do Rio Tocantins, os dados apresentados pelo autor não descrevem diretamente o tema. Porém, servem como forma de fazer a ponte entre o vale do rio Tocantins e a Amazônia como um todo, passo importante para não descontextualizar a região.

Pensando a Amazônia durante os 102 anos do seu recorte, os dados analisados pelo autor, que são o Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial (VBPM), levam à conclusão de que houve um crescimento médio de 3,2% ao ano. E um valor bruto 40 vezes maior do que aquele produzido durante o primeiro século de exploração da Amazônia. Esses dados, sob a perspectiva do autor, são indicativos contrários a análises negativas quanto à economia amazônica. Para ele, esse crescente econômico é justificado pelo crescimento da população sob o controle do sistema colonial e pela eficiência na aplicação da mão de obra.<sup>53</sup>A bem da verdade, esses dados corroboram com uma análise economicista, que inevitavelmente trata da região amazônica pensando exclusivamente sob a perspectiva do que interessa ao colonizador. Contudo, não podemos esquecer que eles são resultado direto do modelo de produção em prática nesta região durante o período estudado, ou seja, refletem o objeto da nossa investigação. Por isso, mais afrente, as duas explicações para o crescimento apresentadas por Costa vão ser especificamente discutidas, quando tratarmos das relações entre abastecimento, produção para consumo interno e externo, controle da mão de obra indígena, em dois momentos distintos do século XVIII.

---

<sup>53</sup>Costa, 201-2.

Para conciliar a investigação sobre abastecimento e consumo interno com análises da economia amazônica colonial, é preciso desmistificar teorias que atribuam valor apenas aos gêneros com fim em Portugal e no Mercado Mundial. O que não significa discordar do objetivo primeiro da colonização que é a exploração da colônia para o enriquecimento da metrópole. Todavia, um modo de produção não se resume obviamente a sua atividade fim e, sem abastecimento e o consumo interno, os gêneros exportáveis não são produzidos. Dessa maneira, a eficiência da colônia, como constatado por Costa, é extremamente influenciada por fatores internos de produção, como os que pretendemos averiguar nesta monografia.

Por fatores internos compreendemos as estruturas coloniais cujas lógicas não são reduzidas a sua vinculação externa com o mercado atlântico e sua respectiva metrópole colonial.<sup>54</sup> Estas lógicas interferem diretamente na produção e reprodução do modelo de exploração econômico da Amazônia. Por exemplo, quando da queda dos preços internacionais durante os 22 anos da vigência da Companhia de Comércio, a economia continuou em alta em maior parte por causa do incremento populacional destinado a mão de obra e em alguma medida ao aumento da capacidade produtiva.<sup>55</sup> Ou seja, a parte especificamente endógena do desenvolvimento econômico na região estudada são aspectos como: a organização da mão de obra; uso da mão de obra autóctone; matéria prima obtida na própria região; produção de gêneros para consumo interno; produção de matéria-prima; acumulação de capital endógeno<sup>56</sup>; parte do capital necessário para patrocinar as feitorias, missões de apresamento, domesticação e plantação de gêneros para exportação.

Vale ressaltar que, ao dizer "não são reduzidas a sua vinculação externa", não está sendo minimizado o papel da metrópole e do colonizador no Além-Mar. Todavia, destaca-se a atividade dos agentes coloniais locais, que eram os executores, e também formuladores, do projeto colonizador de exploração. Sejam eles missionários, administradores coloniais, colonos livres e indígenas.

---

<sup>54</sup>Ciro Flamarion S. CARDOSO e Héctor Pérez BRIGNOLI, *História econômica da América Latina* (Rio de Janeiro: Graal, 1983), 63.

<sup>55</sup>Costa, "A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)", 208.

<sup>56</sup> Não confundir com o conceito de acumulação primitiva de capital que foi desenvolvido por Karl Marx no capítulo XXIV do livro *O Capital*, e que para esse autor é a gênese histórica do capitalismo. Aqui o termo é utilizado como um fator de produção, um bem econômico que permite a produção de outros bens e serviços.

"O Regime de trabalho e a natureza da mão de obra foram determinados não só pela Corte em Lisboa, ou pelos estabelecimentos financeiros de Amsterdam e Londres, mas também nas florestas e canaviais da América."<sup>57</sup> Este excerto tirado do livro de Stuart Schwartz sintetiza o que está sendo discutido: as mudanças na colônia e as formas de organização dessa sociedade não acontecem apenas pela vontade do colonizador, quer seja pela metrópole, quanto pelas praças comerciais que patrocinavam as empreitadas.

Apenas a fim de apontar a historiografia em que me baseei para pensar essa discussão, são importantes as obras: *El Sistema de la Economía Colonial* de Carlos Sempat Assadourian; O segundo capítulo do livro *História Econômica da América Latina* de Ciro Cardoso e Héctor Brignoli; a obra de João Fragoso, *Homens de Grossa Aventura*.<sup>58</sup>

Mais especificamente para a Amazônia, o tema é ampla e profundamente discutido por Mauro Coelho em sua tese de doutorado, "Do sertão para o mar — um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)"<sup>59</sup>. Nesta tese, o pesquisador argumenta que o Diretório dos Índios tem sua formulação na colônia, portanto, não deve ser compreendido como uma lei metropolitana. Coelho afirma que a legislação é consequência direta da experiência que Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. Miguel de Bulhões tiveram ao presenciar as disputas pela mão de obra indígena e a resposta da sociedade colonial nos anos pós Lei de Liberdades (1755)<sup>60</sup>.

Outro exemplo é constatado por Ravena e Marín, ainda durante o período pré-pombalino. Os missionários que aqui estavam, apesar de serem submetidos à ortodoxia religiosa da ordem a que compunham, flexibilizavam

---

<sup>57</sup>Stuart B Schwartz, *Cada Um Na Sua Lei: Tolerância Religiosa e Salvação No Mundo Atlântico Ibérico* (Companhia das Letras, 2009), 73.

<sup>58</sup>SEMPAT ASSADOURIAN, *El Sistema de la economía colonial: Mercado Interno, regiones y espacio económico*; CARDOSO e BRIGNOLI, *História econômica da América LATina*; João FRAGOSO, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998).

<sup>59</sup>Mauro Cezar Coelho, "Do sertão para o mar—Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)" (Universidade de São Paulo, 2005).

<sup>60</sup>Coelho, 134.

esta normatividade em prol do funcionamento do cotidiano nas aldeias e maximização da produção.<sup>61</sup>

A coisa, porém, muda quando um sistema é uma "estrutura de estruturas": neste caso é perfeitamente válido e possível abordar a análise de estruturas parciais, com a *condição de não perder de vista as determinações globais*. [5] Como o expressa Pierre Vilar, a "história total" não consiste na tarefa impossível de "dizer tudo sobre tudo", mas "somente em dizer *aquilo de que o todo depende e aquilo que depende do todo*" [6] coisa perfeitamente factível inclusive em um trabalho parcial e monográfico.<sup>62</sup>

O excerto acima serve como guia para o trabalho e um alerta sobre as limitações dessa pesquisa. Neste trecho, Cardoso e Brignoli referem-se aos recortes possíveis para uma pesquisa que pretende investigar sobre a economia colonial na América Latina. Opõe-se a Wallenstein no que tange o "sistema econômico mundial europeu" como único objeto de estudo e análise legítima. Ao conceber que o objeto estudado é a "estrutura de estruturas", é possível recortar o trabalho e focar apenas nos aspectos internos que influenciam a economia da Amazônia

Findada está discussão introdutória e procurando a melhor maneira estruturar a narrativa, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira retorna aos escritos do filósofo alemão Karl Marx no livro "Contribuição à Crítica da Economia Política" a fim de discutir teoricamente os conceitos econômicos que dão base a análise feita nesta monografia. A segunda seção tem como objetivo descrever as bases do modelo de exploração vigente na Amazônia da segunda metade do século XVIII, levando em conta as permanências do período em que os missionários controlavam os aldeamentos e os indígenas. Já o terceiro, e último, serve para contextualizar o nosso recorte, servindo de pano de fundo para a análise que será feita no terceiro capítulo.

Com o intuito de produzir uma discussão teórica sobre esses fatores internos, serão utilizados conceitos apresentados por Karl Marx em seu livro "Contribuição à Crítica da Economia Política". A historiografia brasileira, investigando sobre a economia colonial, já fez usos distintos da teoria marxista para analisar este tema— desde perspectivas focadas na relação exclusivamente

---

<sup>61</sup>Nirvia Ravena e Rosa Elizabeth Acevedo Marin, "A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial", *Varia Historia* 29, nº 50 (2013): 407–8.

<sup>62</sup>CARDOSO e BRIGNOLI, *História econômica da América LATina*, 68.

ultramarina entre metrópole e colônia; passando por abordagens que reforçam a dependência da economia colonial em relação ao capitalismo europeu; até o entendimento sobre o relativo grau de independência da economia colonial por causa dos seus mercados internos. Neste trabalho, a abordagem marxista será utilizada para discutir as categorias sobre o modelo produtivo da Amazônia colonial, levando em consideração a indissociabilidade entre produção, consumo e distribuição enfatizada por Marx.

Marx constata que Produção não é um conjunto separado dos atos de consumo e distribuição. O esforço do autor nesse exercício é reconhecer a ação de produzir como uma totalidade, que para ele é determinada pela sociedade onde se encontra o indivíduo. Dessa maneira, nesse trabalho, para analisar a Produção, investiga-se o corpo social em que é produzida, o que significa focar em aspectos como exploração da mão de obra indígena e, principalmente, a dependência intrínseca entre o agroextrativismo e a produção de gêneros para o consumo interno.

O primeiro aspecto discutido por Marx que reflete diretamente nesta relação Produção e organização social é a "distribuição como fator pré-econômico":

Considerando as sociedades em sua totalidade, a distribuição, de um outro ponto de vista, parece preceder a produção e determiná-la – a bem dizer como um fator pré-econômico. [...] Ou então, escraviza os povos conquistados, fazendo assim do trabalho servil a base da produção. Ou ainda pela revolução, um povo destrói a grande propriedade e divide-a; dá assim, com esta nova distribuição, um novo caráter à produção. [...] Em todos estes casos, e todos são históricos, a distribuição não parece ser organizada e determinada pela produção, pelo contrário, é a produção que parece ser determinada pela distribuição.<sup>63</sup>

Pensando na Amazônia colonial, esse excerto é esclarecedor no que tange a importância das formas de tutela e servidão indígena para a produção. A disputa dos colonos para retirar do controle missionário a mão de obra indígena conta como exemplo<sup>64</sup>. O Diretório, que aliado ao seu motivo civilizador, distribuiu a mão de obra indígena a fim de aumentar a eficiência da produção é outro. Em ambos os casos, o que está em disputa é o controle do indígena para

---

<sup>63</sup>Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 2ª (São Paulo: Martins Fontes, 1983), 214.

<sup>64</sup>citar o DaurilAlden

que como servo, ou cativo, produza e gere riquezas. O que não é estranho, ao chegar aqui o colono se apropria das estruturas indígenas, o escraviza e não se restringe a explorar sua força de trabalho, apóia-se na sua expertise para manter a colonização.

Sofisticando ainda mais essa discussão, Marx vai apresentar formas de distribuição que são prévias à produção e a determinam. Esta discussão corrobora com o que foi apresentado no parágrafo anterior e esclarece novamente como a Produção interfere na organização social:

Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: 1º, distribuição dos instrumentos de produção e, 2º, distribuição dos membros de sociedade pelos diferentes gêneros de produção, o que é uma outra determinação da relação anterior. (Subordinações dos indivíduos a relações de produção determinadas.)<sup>65</sup>

Como reiterado pelo autor, esta distribuição de instrumento de produção e dos membros da sociedade pelos diferentes gêneros de produção, constitui na origem um fator de produção. Isso ocorre porque estes elementos são determinantes na maneira como a sociedade vai se organizar para produzir, ou seja, interfere diretamente no resultado. Marx faz essas considerações para se opor aos economistas que à sua época tratavam a distribuição como uma "verdade eterna" e ignoravam as raízes históricas que tanto são imprescindíveis para compreender como e porque se distribuiu desta ou daquela maneira.

Se, partindo do princípio que a produção tem necessariamente seu ponto de partida numa determinada distribuição dos instrumentos de produção, concluíssemos que a distribuição, pelo menos neste sentido, precede a produção, constituindo a sua condição prévia, poderíamos responder à questão posta afirmando que a produção tem efetivamente as suas próprias condições e premissas, que constituem os seus fatores.<sup>66</sup>

Contextualizando com esta pesquisa, esta distribuição em suas duas facetas é perceptível na repartição, principalmente, da mão de obra indígena, mas também na livre e escravizada. Em uma sociedade de pouca industrialização e baixa produção fabril — o indígena trabalhando quer pelo controle missionários nos aldeamentos, quer como vassalo do rei sob a tutela do diretor—serve de instrumento da produção e sua distribuição é usada

---

<sup>65</sup>Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 214.

<sup>66</sup>Marx, 215.

indiscriminadamente tanto quanto necessária para atender os objetivos de geração de riqueza.

Costa afirma que a performance do Valor Bruto da Produção da Colônia no Mercado Mundial se explica pelo crescimento da população sob controle e pelo incremento da eficiência na aplicação da população. Na prática, isso significa que o apresamento e a distribuição do indígena com vistas ao trabalho forçado são necessários e eficientes, além disso, a maneira como o colonizador explora, se apropria e redistribui a produção indígena também o é.

O aproveitamento do trabalho indígena era total. Além de remadores e caçadores, cultivavam pequenas roças de legumes, coletavam as drogas. Ainda havia o processo de beneficiamento, principalmente do cacau. Durante a viagem, quando se deparavam com a desova de tartarugas, fabricavam as manteigas, deixadas para serem apanhadas na volta. <sup>25</sup> Também se faziam as salgas de peixe-boi e a coleta de drogas menos importantes como copaíba e bálsamo. Todas estas tarefas utilizaram o trabalho masculino. Contudo, havia também a utilização de mulheres nas atividades econômicas. [...] As índias tinham a responsabilidade por desmanchar as roças e preparar a farinha, pela confecção dos panos de algodão, pela fabricação de cestos e louças e pela criação de animais.<sup>67</sup>

Citando o Padre João Daniel, a historiadora Patrícia Sampaio, escreve no seu livro "Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e desigualdade na colônia", que os nativos são "os pés e as mãos dos brancos". Essa afirmação do cronista que viveu o século XVIII se refere à dependência que o colonizador tinha do gentio para sua subsistência. O aproveitamento da mão de obra indígena é total, como fica claro no excerto acima, escrito por Ravena e Marín no artigo "A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial"<sup>68</sup>.

Todavia, é preciso destacar que, mesmo com esses aspectos gerais, a distribuição da mão de obra varia, principalmente se analisados o período missionário e do Diretório (1757-1798). Levando a reorganizações não só da tutela indígena, quanto de todo o corpo social.

---

<sup>67</sup>Nirvia Ravena and Rosa Elizabeth Acevedo Marin, "A Teia de Relações Entre índios E Missionários. A Complementaridade Vital Entre O Abastecimento Eo Extrativismo Na Dinâmica Econômica Da Amazônia Colonial," *Varia Historia* 29, no. 50 (2013): 404-405.

<sup>68</sup>Ravena e Marín, "A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o abastecimento eo extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial".

Frisada a importância da distribuição da mão de obra indígena, que se constitui como força laboral e também como meio de produção, é necessário abordar outro aspecto da Produção: o consumo. Nesse sentido, não me refiro apenas ao consumo final do que é produzido. Neste trabalho, o objetivo é pensar o abastecimento como uma etapa essencial da Produção, ligada ao conceito de *consumo produtivo*.

Duplo caráter do consumo, subjetivo e objetivo: por um lado, o indivíduo que desenvolve suas faculdades ao produzir, igualmente as despende, as consome no ato da produção [...]. Portanto, o ato da produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo. Aliás, os economistas admitem-no. Designam mesmo por *consumo produtivo* a produção considerada como imediatamente idêntica ao consumo e o consumo como coincidente de forma imediata com a produção.<sup>69</sup>

Marx utiliza diversas metáforas para explicar a relação dialética entre produção e consumo. Sem a produção não haveria o que ser consumido, mas sem o consumo a produção não existiria dada a carência de qualquer objetivo<sup>70</sup>. Para o autor, é importante fazer esse discernimento, visto que logo no início do capítulo faz questão de destacar que diverge dos economistas que enxergam a produção como uma atitude natural do indivíduo, isolado da sociedade. Pelo contrário, ressalta a determinação que esta tem na produção. O filósofo alemão deixa claro que, sem a produção para consumo produtivo, faltaria o combustível necessário para executar a transformação da matéria em objeto de consumo.

Mas esta determinação do consumo produtivo só é exatamente estabelecida para distinguir o consumo que se identifica com a produção, do consumo propriamente dito, que costuma ser concebido como a antítese destrutiva da produção.<sup>71</sup>

Estudar o abastecimento é encontrar o ponto de intersecção entre o "consumo propriamente dito" e o "consumo produtivo". Isso ocorre porque os gêneros produzidos são em sua maioria alimentícios e/ou envolvem a confecção de ferramentas que permitam a exploração da fauna e flora com o objetivo de atender às necessidades do colonizador. Por mais que pareça óbvia a importância do abastecimento para a economia, o tema é pouco estudado.

---

<sup>69</sup>Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 208–9.

<sup>70</sup>Marx, 209.

<sup>71</sup>Marx, 208.

Abastecer significa suprir ou prover uma população dos gêneros necessários ou complementares a sua reprodução. As condições e formas desse suprimento estão relacionadas com a base material de produção, as relações de troca e a organização de instituições políticas. A análise do abastecimento em uma sociedade colonial requer a construção e a articulação de relações econômicas e políticas, atentando-se para o grau de autonomia de colonos e trabalhadores diante das decisões, ações e práticas de agentes metropolitanos.<sup>72</sup>

O excerto citado acima foi retirado de um trabalho da pesquisadora Nírvia Ravena, no qual estuda as relações do abastecimento na vila de Macapá durante a segunda metade do século XVIII. Ou seja, pós-dissolução dos aldeamentos missionários e período de vigência do diretório. Este marco cronológico ficará mais claro após um breve recuo no tempo, para explicar o desenvolvimento das formas de abastecimento na Amazônia desde a apropriação missionária da organização indígena até as mudanças que ocorreram na década de 1750; culminando no local e momento estudados, vale do rio Tocantins nos últimos cinquenta anos do século XVIII.

A partir deste ponto, tendo usado o aporte teórico desenvolvido por Karl Marx para compreender conceitos chave para a compreensão da economia — Produção, Distribuição, Consumo, Consumo Produtivo, usarei o vácuo provocado pelo excerto retirado do trabalho de Nírvia Ravena para explicar como estas categorias estruturam a economia colonial amazônica e refletem a organização da sociedade.

As páginas a seguir referem-se à segunda seção deste capítulo e pretendem explicar as permanências do período missionário na Amazônia e como condicionam a produção para abastecimento; a distribuição e aplicação da mão de obra na economia no período do diretório.

Citando o viajante Alexandre Rodrigues Ferreira, Ravena e Marín fazem um necessário reconhecimento quanto às bases do modelo de produção colonial, que é a absorção das formas de organização já existentes.<sup>73</sup> Organizavam-se em cacicado e pequenas lideranças tribais— a primeira era comum nas regiões de várzea, a segunda em áreas de "terra firme"

---

<sup>72</sup>Nírvia Ravena, "O Abastecimento No Século XVIII No Grão Pará: Macapá E Vilas Circunvizinhas," *Novos Cadernos NAEA* 8, no. 2 (2008): 126.

<sup>73</sup>Ravena e Marín, "A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o abastecimento eo extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial", 397.

74. Os missionários quando entraram em contato com as populações autóctones assimilam sua expertise e adaptam às necessidades econômicas<sup>75</sup>. O mesmo é feito quanto ao abastecimento necessário para a reprodução da exploração com fim no mercado metropolitano.

De acordo com as autoras, ao iniciar o estabelecimento das aldeias missionárias no XVII, os religiosos começaram apresando as organizações de tipo cacicado que se encontravam a beira dos grandes rios. Como dito anteriormente, a mão de obra indígena era fundamental e indispensável para a colonização e, nesse processo, quanto mais se esgotavam as populações indígenas nas margens, o apresamento adentrava nos sertões e ia buscar os indígenas de "Terra Firme" ou mesmo aqueles que para lá haviam fugido. Todavia, esses descimentos tinham limites e com frequência foram se tornando incapazes de atender a necessidade da exploração missionária tanto quanto dos agentes coloniais seculares. Com frequência, os indígenas morriam pelas condições de trabalho, epidemias, ou fugiam para o mato. Além, é claro, da interrupção do crescimento vegetativo natural.<sup>76</sup>

Esse processo desestruturou as organizações pré-existentes e impôs uma delicada interdependência entre produção para abastecimento e exportação. Os indígenas já tinham uma base alimentar diversificada que se apoiava no milho, feijão e mandioca, além da caça, pesca e o extrativismo das frutas. Com as mudanças a partir da exploração religiosa no século XVII, os indígenas que antes viviam em um ritmo mais adequado às condições sazonais passam a produzir para sustentar as aldeias e de forma indireta a toda a experiência colonial, além de si mesmos. O quadro se agrava quando sua mão de obra é destinada a intensa busca por drogas do sertão, cujo fim é o mercado metropolitano.<sup>77</sup>

A matriz da economia colonial caracterizou-se, portanto, na produção de gêneros para o subsídio das missões de coleta das drogas do sertão. Dessa forma, a farinha era o alimento principal, cuja complementação se dava com a pesca e a caça pelos próprios indígenas que iam em busca das drogas. Ainda que

---

<sup>74</sup>Ravena e Marin, 397.

<sup>75</sup>Ravena e Marin, 397.

<sup>76</sup>Ravena e Marin, 397–99.

<sup>77</sup>Ravena e Marin, 407–8.

essa operação demande um alto custo, a dispensa dos impostos concedidos aos navios embarcados pelas ordens religiosas as tornavam altamente lucrativas e esse *modus operandi* mais rentável. A intenção era de que as aldeias missionárias fossem lucrativas e autônomas, visto que deveriam produzir o suficiente para seu abastecimento, subsistência das missões e pagar o custo das missões de coleta.<sup>78</sup> Os indígenas que participavam da coleta das drogas recebiam pagamento em panos de algodão que carregavam consigo durante as missões para fazer eventuais trocas. Outro aspecto importante das missões em busca de drogas do sertão é que, após a primeira empresa, os locais de coleta tornavam-se, em geral, feitorias que eram utilizadas pelos envolvidos para plantar e caçar enquanto a atividade de coleta era realizada.<sup>79</sup>

Visto a necessidade imperiosa de mão de obra indígena que os agentes coloniais tinham, uma das divergências entre o controle dos indígenas pelos missionários e pelos agente seculares é a flexibilidade permissiva que os religiosos tinham quanto a organização familiar e em especial o matrimônio. Os missionários, de acordo com os relatos do padre João Daniel, permitiam e com frequência dissolviam casamentos dentro das aldeias. Para Marín e Ravena, essa permissividade tinha uma dupla finalidade: "diminuir conflitos no interior do aldeamento missionário e manter as atividades econômicas, proveitosas para os missionários, em contornos onde o controle dos padres era possível." <sup>80</sup> O que para as autoras é na mesma medida a chave para o funcionamento das aldeias, mas também o flanco para o projeto pombalino basear suas críticas e promover mudanças.<sup>81</sup>

Outro aspecto importante da estrutura produtiva das aldeias missionárias é que a sua disposição pelo território atendia algumas necessidades regionais. Por exemplo, a aldeia de Guruptuba, que vai se tornar a vila de Monte Alegre, ficou a cargo da produção de farinha para suprir a ausência deste alimento nas aldeias próximas, cuja maior parte dos indígenas estava dedicada à coleta de droga do sertão.<sup>82</sup>

---

<sup>78</sup>Ravena e Marin, 404.

<sup>79</sup>Ravena e Marin, 404.

<sup>80</sup>Ravena e Marin, 406.

<sup>81</sup>Ravena e Marin, 406.

<sup>82</sup>Ver a nota de rodapé 36. *ibid.*, 408.

Esse pequeno detalhe da produção das aldeias e a sua interrelação por meio de troca é de extrema relevância se levado em consideração duas consequências práticas. A primeira envolve a constatação de um excedente produtivo, de tipo abastecedor, que serve para a troca entre aldeias. E a segunda é a criação de regiões de troca dentro da Amazônia ocasionada por necessidades econômicas e de subsistência.

A primeira consequência é de extrema importância no debate sobre o "desenvolvimento" econômico da Amazônia no século XVIII. Ou seja, retornando à já abordada discussão da eficiência econômica da Amazônia colonial, a ausência de mercados, ou feiras, não se torna um aspecto negativo, visto a constatação de uma economia de trocas funcional. Inclusive, é justamente no período pombalino (reiteradas vezes representado como modernizador do Estado e da economia) que a necessidade de trocas, mesmo que controladas pela burocracia metropolitana e das companhias de comércio, tornam-se primordiais. Como será visto mais a frente, esta é uma das intenções do Diretório.

É importante pontuar que as trocas no Grão-Pará e Maranhão estavam mais próximas às dinâmicas de reciprocidade, de domesticidade e de redistribuição. Certamente, mercados semelhantes àqueles cujos colonizadores pareciam mais familiarizados não existiam. No entanto, os princípios das trocas eram os mesmos. A construção de mercados locais não se constituía em propósito da Coroa, pois, isso em termos da percepção dos colonizadores, significaria instrumentalizar a colônia de elementos que iriam conferir aos habitantes locais graus significativos de autonomia.<sup>83</sup>

A segunda consequência envolve a criação de uma integração econômica regional por causa da necessidade de troca, não só entre aldeias missionárias, quanto com outras localidades. Convergir com essa abordagem significa se distanciar de anteparos teóricos que enxergam os sítios coloniais sob a ótica única da integração ou não ao mercado externo. Ou seja, as vilas cuja produção é voltada para a cultura do cacau, cana de açúcar, café estão integradas ao mercado, enquanto as que produzem para o abastecimento estão submetidas a este.

A esta discussão será dedicada um capítulo inteiro desta monografia mais a frente e será possível avaliar as possibilidades de prosseguir com uma

---

<sup>83</sup>Ravena e Marin, 410.

proposta de regionalização econômica entre estes distintos tipos de ocupação, independentes de feiras, mercados e levando em consideração seus distintos fins produtivos. Por hora, faz-se necessário versar sobre uma mudança importante que ocorreu na década de 40 do séc. XVIII que foi a implementação do agroextrativismo de coleta em oposição às missões de coleta das drogas de sertão. Ou seja, passou-se a domesticar e plantar nas aldeias ou em feitorias os gêneros do sertão exportados para a metrópole.

Na década de 40, há uma queda drástica nos preços dos produtos, tanto em Portugal quando no Mercado Mundial.<sup>84</sup> Porém, a economia não exhibe um saldo negativo, visto que no mesmo momento há um crescimento, também drástico, na produção. Esse fenômeno não se explica pela lógica básica de oferta e demanda, entre centro/periferia, metrópole/colônia, pelo contrário, evidencia a influência de fatores internos na economia colonial da Amazônia.

O que para Assis Costa são fatores internos, para a pesquisadora Nírvia Ravena no artigo *O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas* é justamente a experiência de domesticação de produtos como cacau, canela, arroz e anil. Ou seja, a reordenação das bases produtivas, recorria menos às missões de coletas para a produção dos gêneros de maior importância exportadora, tentando tornar agrária esta produção. E justamente a transição do cacau bravo para o cacau manso (cultivado) é resposta a uma "nova articulação da força de trabalho: índios livres sob regime de trabalho compulsório e trabalho escravo de origem africana compuseram os esquemas das unidades produtoras de cacau domesticado"<sup>85</sup>

Porém, para finalizar esta etapa descritiva e reflexiva sobre as bases do abastecimento no período colonial com foco no aldeamento missionário, é importante retornar ao macro na economia amazônica e perceber como esta se comportou ao longo dos últimos 35 do período missionário, período no qual a produção era majoritariamente organizada pelo Regimento das Missões. A mão de obra indígena era de controle e distribuição por parte das ordens religiosas que se organizavam em aldeamentos. Os 35 anos pertencentes ao recorte

---

<sup>84</sup>Costa, "A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)", 203 Ver: Gráfico: 3.

<sup>85</sup>Ravena, "O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas", 131.

marcam uma taxa média de crescimento de 3,5% ao ano (maior taxa de todos os 102 anos estudados por Francisco Assis Costa)<sup>86</sup>. A expansão se deve a um crescimento das condições internas e externas. Estas condições internas devem seu ritmo ao aumento da produção em uma taxa de 4,2% ao ano<sup>87</sup>. Ainda segundo o autor, mais de 50% da apropriação do excedente pertencia aos agentes coloniais, enquanto o resto se dividia entre agentes metropolitanos e a própria Coroa.<sup>88</sup> Por fim, a eficiência produtiva desse período é atribuída à capacidade de gestão dos missionários, capazes de utilizar a mão de obra indígena em atividades extrativas, com ênfase na coleta de Cacau, gêneros responsáveis por quase toda a exportação até 1745.<sup>89</sup>

Ainda que entre as duas metades do século XVIII as permanências de um modelo agroextrativista baseado principalmente na exportação de drogas do sertão sejam expressivas ocorreram mudanças, estas extravasaram os aspectos econômicos e o ano de 1755 marcou um ponto de inflexão na administração colonial, de forma que as bases produtivas também foram alteradas tanto em sua organização quanto na medida em que os agentes produtores também sofreram mudanças.

Entre março e junho de 1755, cinco peças legislativas são decretadas, o conteúdo envolve aspectos estruturais da administração colonial:

1. a Carta-régia, de 3 de março de 1755, que criou a Capitania de São José do Rio Negro; 2. o Alvará de Lei, de 4 de abril de 1755, que “declara os vassallos do Reino da América que se casarem com índias não ficarão com a infâmia alguma, antes serão preferidos nas terras em que se estabelecerem, etc.”; 3. a Lei, de 6 de junho de 1755, que “restituiu aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio na forma que nela se declara”; 4. a Instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, de 6 de junho de 1755; 5. o Alvará com força de Lei, de 7 de junho de 1755, “cassando a jurisdição temporal dos Regulares sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão”.<sup>90</sup>

Assim como constatado por Francisco Santos e Patrícia Sampaio, é inegável que essas peças legislativas afetaram diretamente o modelo político da

---

<sup>86</sup>Costa, “A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)”, 207.

<sup>87</sup>Costa, 207.

<sup>88</sup>Costa, 205 Ver: Gráfico 5.

<sup>89</sup>Costa, 207.

<sup>90</sup>Francisco Jorge dos Santos e Patrícia Maria Melo Sampaio, “1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa”, *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos* 8, nº 2 (2008): 79–98, <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/307>.

Amazônia colonial á época. Viabilizaram a construção de novos parâmetros para ação colonizadora lusitana e, por conseguinte, na constituição da sociedade colonial nessa região.

Tais leis foram fundamentais para a estruturação do que viria a ser o "Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário (1757 – 1798)", um plano de civilização dos indígenas e um programa de colonização a ser empregado nessa região. O documento ressalta a imprescindível ressocialização dos ameríndios, anteriormente vinculados ao ambiente das missões, ao proporcionar mais interações com o branco/colono civilizado e servirem de mão-de-obra primordial para recuperação econômica.

A principal função dessa nova política indigenista era a igualdade entre todos os vassallos do rei, incluindo agora os índios, porém, para que isso ocorresse, era necessário que esses indivíduos atingissem a civilização, ou seja, aderissem práticas do modelo político e administrativo luso unido aos comportamentos de moralidade cristã. Por conseguinte, o Directório dos Índios incentivou novas condutas comportamentais entre as relações de colonos e índios aldeados, o que antes era intermediado pela figura do missionário das ordens regulares.<sup>91</sup> Dessa maneira, por ordem de Pombal, encerrou-se a gestão missionária dos assuntos indígenas e as aldeias passaram a ser responsabilidade do Directório, trazendo a gestão sobre os assuntos indígenas para a administração colonial.

A inserção do indígena na sociedade colonial amazônica, portanto, era imprescindível nos planos político-econômicos de recuperação da Coroa portuguesa, pois, como dito, eles eram "os pés e mãos dessa terra"<sup>92</sup>, onde a presença do branco não seria possível sem a existência de relações de troca, favores e alianças entre os nativos e os lusitanos. O índio, apesar das hostilidades existentes, não foi visto ou considerado apenas um problema para o

---

<sup>91</sup>Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000).

<sup>92</sup>Sampaio, *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*, 65.

desenvolvimento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e sim como possível solução para as dificuldades existentes no território amazônico.

Inserido nesta discussão, vale trazer para este trabalho as contribuições de Mauro Coelho em "Do Sertão para o Mar..." Tese de doutorado já citado no início deste capítulo. O argumento do autor é simples: o "Diretório" é parte de uma política indigenista que responde diretamente a disputa pela mão de obra indígena que durou mais de um século e meio. Todavia, o que há de novo na tese do autor é enxergar esta lei como um "acrescentamento americano" <sup>93</sup>ao impasse:

Ainda que tenha sido formulado pela Metrópole, defendo que seu caráter resultou das injunções impostas pela Colônia. [...] No entanto, o espírito da lei e da sua prática, como pretendo demonstrar, emergiu e se concretizou na Colônia.<sup>94</sup>

O autor prossegue fazendo uma minuciosa investigação sobre o contexto, os interesses e os agentes envolvidos na criação do "Diretório" e é bem-sucedido. A conclusão que apresenta "Diante disso, assumo que as motivações e o caráter do Diretório são essencialmente coloniais."<sup>95</sup> é extremamente importante na medida em que desloca "[...] o epicentro da lógica que constituiu a lei do Diretório." <sup>96</sup>.

Para Coelho, existe uma clara diferença entre a redação do Diretório e as suas motivações. De acordo com o autor, a lei foi redigida em Portugal e durante sua redação recebeu a influência de todo o tempo e experiência que as autoridades portuguesas dispunham, porém seu espírito e motivação são oriundos das especificidades da experiência colonizadora na Amazônia.<sup>97</sup> Por sua vez, este espírito e motivação são a tentativa de conciliação entre a liberdade indígena expressa nas instruções do Marquês de Pombal para Mendonça Furtado e a dependência irremediável à escravidão dos autóctones.

A vassalização dos indígenas como uma ordem régia não tornou sua implementação mais simples, e encontrou resistência desde a chegada de

---

<sup>93</sup>Coelho, "Do sertão para o mar-Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)", 26.

<sup>94</sup>Coelho, 26.

<sup>95</sup>Coelho, 37.

<sup>96</sup>Coelho, 37.

<sup>97</sup>Coelho, 26.

Furtado em 1751, e a implementação do Directório em 1757. A tese de Mauro Coelho é de que esta política indigenista é a maneira pela qual Mendonça Furtado atendeu a necessidade dos colonizadores na Amazônia por mão de obra; solucionou o problema dos indígenas ociosos pós Lei de Liberdade; na medida em que implementou as *Instruções* pombalinas.

O Directório interferiu diretamente na distribuição de mão de obra indígena na Amazônia colonial, causando impactos na estrutura econômica e social. E, seguindo a tese de Coelho, que está é uma peça legal cuja origem está mais próxima da colônia do que da metrópole, soma nesta monografia enquanto argumento em prol da importância dos fatores internos.

Na medida em que Coelho avança em sua pesquisa, o autor passa a fazer uma breve análise das consequências que a lei traz para a economia da Amazônia. Esta é compreendida como umas das estruturas sociais das quais a lei é um desdobramento. O autor, portanto, tem por objetivo:

[...] compreender, o quanto possível, as relações de produção da sociedade do Directório dos Índios. Para tanto, recorro à pesquisa documental e a uma abordagem que pretende evidenciar as bases daquelas relações, no que interessa ao argumento da tese: o que era produzido e por quem.<sup>98</sup>

Coelho utiliza o próprio texto da lei do Directório como reforço para a argumentação e começa o capítulo introduzindo o objetivo por trás da legislação: estabelecer uma sociedade baseada na produção voltada a agricultura e extrativismo.<sup>99</sup> O extrativismo permaneceria atendendo às demandas do mercado inter-atlântico por drogas do sertão. Quanto à agricultura, essa política definia que seria dividida em duas. A primeira seria familiar voltada para o abastecimento das famílias e do local.

o sustento das suas casas, e familias; e para nellas fazerem as plantaçoens, e as lavouras; de sorte, que com a abundancia dos generos possaõ adquirir as conveniências, de que até agora viviaõ privados, por meio do commercio em beneficio commum do Estado.<sup>100</sup>

É perceptível a compreensão por parte dos legisladores de que é imperativo para o bom funcionamento da colônia que os grupos familiares sejam

---

<sup>98</sup>Coelho, 231.

<sup>99</sup>Coelho, 232.

<sup>100</sup>“Directorio, que se deve observar nas povoaçãoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario” (1758), parag. 19.

capazes prover o que é necessário para sua sobrevivência e ir além, alcançar níveis de produção capazes de permitir o comércio na região. Inclusive, o mesmo artigo da citação acima, em outro trecho, prevê que caso existam famílias indígenas sem terras os Diretores deveriam repartir as terras disponíveis, de acordo com ordem de Sua Majestade.<sup>101</sup>

A segunda possibilidade de agricultura apresentada pelo Diretório é a Roça do Comum. Reconhecendo os males provocados pela falta de "pão", o Diretório decreta que, além da agricultura familiar explicada anteriormente, os indígenas também deveriam produzir para a Roça do Comum.<sup>102</sup> Seriam plantadas roças de maniva, feijão, milho, arroz e mais gêneros comestíveis para atender à Capitânia Rio Negro, as tropas e a Cidade de Belém.<sup>103</sup>

Eram incentivados também duas culturas específicas, o algodão e o tabaco. O primeiro deveria ser plantado em abundância porque só assim seria facilitada a introdução de fábricas de panos no Estado do Pará, que logo deveria se tornar o principal ramo de comércio.<sup>104</sup> Quanto ao segundo, esperavam-se resultados semelhantes, todavia o reconhecimento de que essa lavoura é mais laboriosa e de difícil implantação o Diretório propõe uma recompensa proporcional a quantidade de arrobas produzidas pelos indígenas.<sup>105</sup>

À vista desses dois modelos de produção agrícola complementares, infere-se que a agricultura seria a base para todas as ações projetadas pelo Diretório. O suporte imprescindível do principal ramo de comércio da Colônia, a coleta das drogas do Sertão. "Ela articulava o empreendimento civilizatório, consubstanciado na lei, com as expectativas de ocupação e exploração do território colonial português, no Vale Amazônico." <sup>106</sup> Portanto, rememorando a importância que o abastecimento tinha nas aldeias missionárias, e levando em

---

<sup>101</sup>Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, cap. 19.

<sup>102</sup>Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, parag. 22.

<sup>103</sup>Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, parag. 23.

<sup>104</sup>Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, parag. 24.

<sup>105</sup>Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario, parag. 25.

<sup>106</sup>Coelho, "Do sertão para o mar-Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)", 234.

consideração o papel da agricultura no Directório, é possível dar por constada a importância dessa atividade no modo de produzir da Amazônia colonial.

Angelo-Menezes aponta que a gestão pombalina dispunha de duas instituições depositárias do excedente da produção dos indígenas conforme descrito nos parágrafos anteriores, tanto agrícola quanto de coleta. A Tesouraria Geral do Comércio dos Índios e a Fazenda Real. A primeira acumulava o que era produzido pelos indígenas em feitorias e recolhia o excedente produzido na roça do comum. Já a Fazenda Real coletava o dízimo dos produtores livres, monopolizava o transporte entre as localidades e o armazém em Belém, custeava as tripulações das canoas que arrecadavam os produtos e os dízimos.<sup>107</sup>

Outra importante instituição foi a *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão* que atendeu a necessidade de promoção do desenvolvimento na economia amazônica e o fomento ao mercantilismo. De acordo com António Carreira, “acudir o estado caótico da economia do Grão-Pará e Maranhão, derivado da falta de braços e, por forma de assegurar o abastecimento em mercadorias essenciais, por meio de carreiras regulares de navios de Portugal”<sup>108</sup> era a função da Companhia. Em termos de intenção seria a responsável pela logística dos transportes, ou seja, monopolizaria a função de transportar os produtos para a exportação e asseguraria a defesa das embarcações no comércio interatlântico; solucionaria os problemas de aquisição dos meios de produção distribuindo crédito para aquisição de mão de obra escravizada africana; desenvolveria os mercados coloniais para o consumo dos bens manufaturados portugueses.<sup>109</sup>

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e do Directório funcionou durante 1756 e 1777. Durante estes 21 anos, as taxas de crescimento são menores do que no período anterior, 1,5% ao ano. O crescimento da produção foi, em sua maioria, devido mais ao crescimento populacional do que a

---

<sup>107</sup>Maria de Nazaré Angelo-Menezes, “O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação”, *Projeto História*. São Paulo, nº 18 (1999): 249.

<sup>108</sup>António Carreira, *As companhias pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, vol. 57 (Editorial Presença, 1983), 35.

<sup>109</sup>Larissa V. Brown, “Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1788)”, org. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Dicionário da história da colonização Portuguesa no Brasil* (Lisboa / São Paulo: Verbo, 1994), 192–94.

incremento na capacidade produtiva.<sup>110</sup> Outra marca desta época é a tentativa de implementação de uma economia agrícola forte que abastecesse as missões de extração das drogas do sertão e que impulsionada pela mão de obra escrava africana produzisse arroz, algodão e tabaco. Porém, apesar da presença de outras culturas entre os gêneros exportados pela companhia, o perfil produtivo ainda é aquele herdado pelo regime das missões. Indicando que, apesar da diminuição dos preços, aumento da mão de obra e do monopólio da Companhia e instalação do Diretório, não foi possível alterar as bases produtivas internas.<sup>111</sup> Ainda assim, o modelo de produção e o abastecimento sofreram alterações desde a maneira como foi estruturada durante o período missionário.

Os indígenas outrora estabelecidos nos aldeamentos durante o período pombalino tiveram sua mão de obra explorada quase que inteiramente na agricultura voltada para o comércio. Mesmo com a inserção da mão de obra de origem africana, não abandonou o cultivo de gêneros cujo fim interessava à Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, requeridos para o abastecimento das tropas, Cidade do Pará e Capitânia do Rio Negro. O caso das plantações de arroz no Cabo Norte é um exemplo de como a mão de obra indígena permaneceu sendo usada extensivamente, mesmo que contra os planos para a auto-suficiência dos colonos de Nova Mazagão.<sup>112</sup>

Ocorre que, sendo naquele momento, o abastecimento uma questão de Estado e as trocas reguladas por este, a questão do abastecimento foi complexificada. A saída para este problema obedeceu ao padrão que se repetia em toda a colonização, missões para apresamento de indígenas. Todavia, as recorrentes epidemias e os dois séculos anteriores de escravização indígena rompiam com o crescimento vegetativo das tribos na Amazônia e a saída de incremento da mão de obra indígena acabou-se tornando cada vez menos efetiva.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup>Costa, “A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)”, 208.

<sup>111</sup>João Pedro Galvão Ramalho e Manoel Rendeiro Neto, “Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha”, in *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*, org. Carlos Valencia Villa e Tiago Luís Gil, 1ª (Porto Alegre: Ladeira Livros, 2017), 185–86.

<sup>112</sup>Coelho, “Do sertão para o mar—Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)”, 236.

<sup>113</sup>Ravena, pg. 136

Os indígenas, que a partir do Diretório foram tornados vassallos do rei, tinham boa parte do que produziam confiscado pela Tesouraria, o que forçava ao máximo a exploração para que as famílias pudessem atingir mínimos graus de produção para subsistência. Os diretores com incentivo da administração colonial praticavam uma costumeira distribuição da mão de obra indígena para outras localidades a fim de atender as carências dos colonos que careciam de trabalhadores. Soma-se, também, o aumento dos contingentes militares para a defesa do espaço a ser legitimado como território luso cujos mantimentos eram responsabilidade da Coroa e portando advinham dos armazéns da Tesouraria dos Índios.<sup>114</sup>

Na fase pombalina, militares e colonos alienados do sistema produtivo atingiram um significativo número e pressionaram as estruturas produtivas decadentes. Esse fato permite a hipótese de que a inabilidade dos agentes burocráticos na reprodução e manutenção das formas organizadas no período missionário, somada à voracidade fiscal e intenso controle da produção, gerou um problema estrutural irreversível. O exemplo está na insuficiência crônica da farinha de mandioca.<sup>115</sup>

O trecho retirado do artigo de Angelo-Menezes é um diagnóstico possível do impacto que as mudanças ocorridas no período pombalino tiveram na economia da região. Todavia, vale destacar que não é apenas o aumento da estrutura burocrática alienada ao processo produtivo que leva a insuficiência crônica de farinha. Não é um problema de intenção da gestão colonial. Como é perceptível após a análise do Diretório, já era prevista na legislação o incremento produtivo de gêneros voltados ao abastecimento e que sua vitalidade é condição inexorável para a reprodução do sistema colonial. Pelo contrário, é um problema de gesto. A complexidade em tornar o abastecimento uma questão exclusiva à administração colonial, somada a distribuição da mão de obra indígena de acordo com a necessidade dos colonos a fim de incrementar a produção para o mercado interatlântico, diminuindo sua capacidade de produzir para o abastecimento, são algumas causas da insuficiência crônica de farinha de mandioca.

---

<sup>114</sup>Ravena, pg. 136

<sup>115</sup>Maria de Nazaré Angelo-Menezes, “Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial”, *Cadernos de Ciência & Tecnologia* 17, nº 1 (2000): 106.

Das reflexões feitas neste capítulo, é importante destacar a estreita dependência entre o que era produzido para atender os interesses comerciais da metrópole e o que era para permitir a reprodução do sistema. Ou seja, produção para consumo e exportação. Foi possível também ensaiar a hipótese que dada a estreita relação anteriormente descrita e a capacidade do aldeamento missionário em gerar excedente produtivo, é possível constatar a criação de regiões movidas pela economia de trocas. Tais regiões seriam mantidas durante o período pombalino quando, por meio de ordens régias localidades próximas socorressem as outras com mão de obra, víveres, sementes e gêneros alimentícios.

Por fim, as questões propostas acima serão na medida do possível retomadas, analisadas e testadas enquanto o recorte é diminuído, focando no modelo de produção do vale do rio Tocantins durante a segunda metade do século XVIII.

### **Capítulo 3: Análise da Produção e da distribuição da mão de Obra no Vale do Rio Tocantins**

Iniciaremos este capítulo discutindo as especificidades das organizações produtivas no vale do rio Tocantins durante a segunda metade do século XVIII. Visto que no capítulo anterior foi feita uma perspectiva panorâmica da economia na capitânia do Pará. Nesta seção faremos uma análise do destino da produção no vale do rio Tocantins, com ênfase no papel do abastecimento. Destacaremos, ainda, aspectos demográficos quando relevantes para compreender a distribuição da mão de obra e suas consequências na divisão do trabalho e uma possível regionalização.

Para fazermos uma aproximação ao tema, será utilizado o trabalho da pesquisadora Maria de Nazaré Angelo-Menezes. Primeiro aspecto importante da análise da autora é o conceito de sistema agrário. Entendê-lo significa compreender como Angelo-Menezes estrutura as formas de produção e mais à frente as difere.

O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. [...] A análise histórica é indispensável para visualizar-se a extrema diversidade dos sistemas agrícolas e do estágio da organização do meio representado por sistemas técnicos, especialização produtiva, estruturas de exploração, enfim, relações técnicas e sociais de produção e nível de acumulação.<sup>116</sup>

Segundo a autora, o sistema agrário do vale do rio Tocantins surgiu como uma região extrativista onde havia bastante procura pela canela. Durante o século XVIII, vê a agricultura tomar espaço com a plantação de Cacau, que, de acordo com Menezes, vem em substituição as grandes extensões de terras destinadas a cana de açúcar. Os principais centros de povoamento estão na mesma localização até hoje, com exceção do Lugar de Azevedo que desapareceu, à margem do rio Tocantins.

Durante o período pombalino transcorreu-se um processo em que foram erigidos Vilas e Lugares de índios. A maioria desses Lugares responde ao que

---

<sup>116</sup>Angelo-Menezes, 97.

antigamente eram os aldeamentos missionários, eram *sítios* pouco populosos, principalmente o de Baião.<sup>117</sup> Já as Vilas eram mais populosas que os Lugares. Tendo como exemplo destoante e de maior pujança a vila Viçosa da Santa Cruz de Cameté<sup>118</sup>, de acordo com a autora, as vilas tinham como modo de produção a *plantation* (cacau em Cameté e cana de açúcar em Igarapé-Mirim).<sup>119</sup>

Interpretações como as da pesquisadora Maria de Nazaré Angelo-Menezes, uma das principais estudiosas do vale do Rio Tocantins durante o período colonial, explicam a conformação espacial no período pombalino sob a ótica da integração ou não ao mercado. Ou seja, as vilas cuja produção é voltada para a cultura do cacau, cana de açúcar, café, e outros gêneros estão integradas ao mercado, enquanto as que produzem para o abastecimento estão submetidas a este.<sup>120</sup>

No período de 1765 a 1769, pode-se diferenciar dois tipos de sistemas agrários integrados ou não ao mercado: as unidades camponesas das vilas de Mojúe Acará representam forma integrada ao mercado, enquanto as do lugar de Beja se apresentam menos integradas. A agricultura indígena, encontrada nos lugares de índios, apresenta-se com tendências a dominação do mercado.<sup>121</sup>

O problema desse tipo de análise é que individualiza as localidades do baixo Rio Tocantins; e, falha ao não compreender que mesmo com a distinção entre o que é produzido em cada sítio, há uma integração regional que leva a complementaridade produtiva quando uma povoação não tem capacidade de subsistência. O que não significa que seja uma relação harmoniosa e equitativa entre a vila de Cameté e o lugar de Baião, por exemplo. Pelo contrário, Cameté é de uma grandeza díspar na região, tanto em acúmulo de riqueza, quanto ao contingente populacional, em decorrência do seu foco produtivo.

---

<sup>117</sup>Para mais informações sobre a proliferação de Vilas durante o período pombalino ver: João Pedro Galvão Ramalho et al., *Atlas Histórico da América Lusa*, acessado 15 de maio de 2017, [https://www.academia.edu/28209599/Atlas\\_Hist%C3%B3rico\\_da\\_Am%C3%A9rica\\_Lusa](https://www.academia.edu/28209599/Atlas_Hist%C3%B3rico_da_Am%C3%A9rica_Lusa); Ramalho e Neto, “Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha”.

<sup>118</sup>João Pedro Galvão Ramalho, “Viçosa da Santa Cruz de Cameté - Atlas Digital da América Lusa”, acessado 14 de novembro de 2017, [http://lhs.unb.br/atlas/Vi%C3%A7osa\\_da\\_Santa\\_Cruz\\_de\\_Camut%C3%A1](http://lhs.unb.br/atlas/Vi%C3%A7osa_da_Santa_Cruz_de_Camut%C3%A1).

<sup>119</sup>Angelo-Menezes, “Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial”, 102.

<sup>120</sup>Ver: Maria de Nazaré Angelo-Menezes, *História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800). Rupturas e estabilidades* (Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1994).

<sup>121</sup>Angelo-Menezes, “Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial”, 101-2.

Convergir com a abordagem desta monografia significa se distanciar de anteparos teóricos que enxergam os sítios coloniais sob a ótica única da integração ou não ao mercado. Nesse sentido, o presente trabalho diverge de análises como as da historiadora Maria de Nazaré Angelo-Menezes. Pois, como será exposto constata-se uma integração não só nos destinos da produção quanto nas localidades.

Para sair do aspecto historiográfico e passar a fazer um trabalho documental, vamos utilizar uma coleção de fontes produzida pela própria Angelo-Menezes em que constam fontes catalogadas pela autora durante o seu doutorado. O "Repertório de Manuscritos que relatam a história dos sistemas de produção agroextrativista do baixo Tocantins: Fontes existentes no "Arquivo Público do Estado do Pará"<sup>122</sup> é composto pela série "Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará" cuja catalogação começa em (1733). *A priori* este corpo documental foi selecionado como um guia para fontes que seriam pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Pará, porém este teve seu funcionamento paralisado para mudança de prédio o que impediu a pesquisa nos originais. Em face deste revés a investigação dessa monografia se restringiu ao minucioso uso do detalhado repertório produzido por Angelo-Menezes. Essas correspondências eram entre administradores coloniais (Diretores do Diretório dos índios; Chefes das Câmaras das povoações; e outros agentes envolvidos na administração colonial que faziam mediação entre a Coroa e os locais coloniais) e o Governador da Província do Pará, o que explica o conteúdo voltado para a organização da produção interna e distribuição da mão de obra indígena. As cartas e as informações contidas nestas correspondências informam, com frequência, sobre o empréstimo de indígenas dos Lugares de Índios para lavouras particulares, madeiras reais, coleta de droga de sertão; a contabilidade dos sítios; a carga das canoas do sertão; produção das localidades.

O procedimento metodológico ao qual foi submetida essa meta-fonte consistiu na seleção das informações que se referiam à produção de bens nas vilas e lugares do rio Tocantins com o intuito de criar um banco de dados da produção na região. O processo de seleção consistia no recorte das informações

---

<sup>122</sup>Maria de Nazaré Angelo Menezes, "Repertório de Manuscritos que relatam a história dos sistemas de produção agroextrativista do baixo Tocantins: Fontes existentes no Arquivo Público do Estado do Pará", PAPERS DO NAEA, 2000, 01-51.

seguindo a seguinte ordem: Produto-Localidade-Ano-Fonte. Dessa forma, o objetivo inicial foi constatar o que era produzido; onde era produzido; quando foi produzido; e, por último, a certificação de que as informações desse repertório estivessem citadas para um futuro questionamento das informações utilizando a documentação original disponível no (APEP).

Nestas fontes, as descrições foram divididas em duas grandes categorias: as Vilas e Freguesias que são Abaetetuba (Abaeté), Acará, Cametá, Igarapé-Miri e Moju. A segunda categoria seriam os Lugares de Índios, Beja, Baião, Barcarena e Vila do Conde (Conde). Até 1751 existiam apenas 4 vilas e um grande número de aldeias missionárias; a partir de 1768 o número de vilas pula para 43 e são extintas as aldeias missionárias (transformadas em Lugares de Índios). O objetivo por trás desse fenômeno era a legitimação do território amazônico, tanto sob uma perspectiva militar, econômica quanto de administração temporal dos indígenas<sup>123</sup>.

Com o Diretório dos Índios, as antigas aldeias missionárias controladas por ordens religiosas, expulsas a partir da ascensão de Pombal, tornam-se Lugares de Índios, onde um Diretor é responsável por administrar a vida dos indígenas.

A hipótese de Angelo-Menezes é que, ao analisar essas fontes, divididas por essas duas categorias de localidade, são constatáveis dois sistemas produtivos. O primeiro, um sistema agrário inserido na economia mundial, que por meio da produção de cana de açúcar e cacau atendem as demandas da metrópole por produtos para o mercado mundial (Vilas e Freguesias). Já o segundo, cuja produção voltada para roçado de subsistência tinha a tendência de serem dominadas pelo mercado, sendo apenas foco de produção para o abastecimento (Lugares de Índios).<sup>124</sup>

De acordo com essa análise, a produção que não era voltada para o atendimento direto das demandas do mercado mundial (abastecimento) fica

---

<sup>123</sup>Ramalho e Neto, “Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha”, 176.

<sup>124</sup>Ver introdução: Menezes, “Repertório de Manuscritos que relatam a história dos sistemas de produção agroextrativista do baixo Tocantins: Fontes existentes no Arquivo Público do Estado do Pará”; Angelo-Menezes, “Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial”, 93.

relegada aos Lugares de Índios, cuja função é permitir a subsistência indígena enquanto não está distribuída pelas Vilas e Freguesias, para ser mão-de-obra na extração e plantação de produtos com destino ao mercado mundial.

Tendo como objetivo testar a premissa citada acima, de existirem dois sistemas agrários paralelos no Vale do Rio Tocantins, foram criadas três categorias de distinção do destino da produção: “Exportação”, “Exportação e Consumo Interno” e “Consumo Interno”. Esta categorização é baseada no segundo capítulo desta monografia quando o livro "Contribuição crítica à economia política" de Karl Marx é discutido.

De acordo com Marx, o ser humano não produz por ímpeto próprio e sua produção é estruturada pela sociedade em que se encontra. Da mesma forma, esta mesma estrutura social define o consumo e a distribuição. Portanto, Produção, quando compreendida como um todo, envolve o ato de produzir, consumir e distribuir que se articulando dialeticamente compõe um ao outro, definindo-se pela sociedade na medida em que a definem.

Pensando no que foi brevemente exposto no parágrafo anterior, optou-se por categorizar o que foi produzindo pelo seu destino de consumo. Ou seja, se o gênero tem por finalidade ser consumido internamente na colônia, exportado pela companhia ou ter este duplo destino, nós os agrupamos de acordo.

A primeira categoria foi de “Exportação”, para reunir os produtos nesse grupo recorreu-se aos registros da Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa opção foi feita porque, a partir de sua instauração em 1755, a Companhia detém o monopólio da exportação dos produtos advindos do Estado do Grão-Pará e Maranhão e transportados para a metrópole. Porém, não detinha o monopólio da produção dos gêneros, na verdade dependia da produção privada em muitos casos. Como fonte para tais constatações foi utilizada o livro de Manuel Nunes Dias “A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”<sup>125</sup>, obra seminal e referência indispensável nos estudos do comércio no Estado do Pará durante o período de vigência da companhia. Neste trabalho, o autor apresenta tabelas contendo todos os navios

---

<sup>125</sup>Manuel Nunes Dias, *Fomento e mercantilismo: a companhia Geral do Grao Pará e Maranhao (1755-1778)*., vol. 1 (Universidade Federal do Pará, 1970).

e cargas que saíram do porto da Cidade de Belém e se destinaram aos portos portugueses.

No mesmo capítulo em que o autor apresenta as informações das exportações, ele faz uma lista dos gêneros exportáveis. Analisando as Correspondências do Governador obtivemos os seguintes produtos exportáveis: Água Ardente, Algodão, Anil, Cacau, Café, Castanha, Cravo, Salsa, Urucu. É notável a presença do Cacau e Café, principais produtos da balança comercial do Grão-Pará pela quantidade da produção e exportação.

A segunda categoria criada é de Exportação e Consumo Interno. Essa é um conjunto formado por dois produtos vitais tanto no mercado externo quanto na sua utilização dentro da própria colônia, são madeira e arroz.

A madeira era o principal recurso para edificação durante todo o período colonial, sua substituição por outro material não chegava a ser cogitada. Dessa forma, a necessidade desse recurso era imperativa em qualquer forma de construção material. Porém, principalmente a partir da década de 70 do século XVIII, as madeiras do vale amazônico se tornam as fontes de matéria prima lenhosa para o arsenal da marinha portuguesa. Além disso, desde 1757 há registros da exportação de madeira de lei pela Companhia<sup>126</sup>.

A frequente e grande demanda por madeira levou a liberação de contratos de madeiras para arrematação, visto que a Coroa e suas serrarias reais não davam conta da demanda, o que permitiu uma atividade que gerasse acúmulo de riquezas por parte de quem as arrematava. Nesse tipo de contrato, geralmente os Diretores distribuía mão de obra indígena requisitada pelos serralheiros privados.<sup>127</sup>

Quanto ao arroz, há indícios do dito consumo nas Américas anteriores à chegada de Colombo, registros de uma espécie selvagem do gênero cuja casca era vermelha. Seu consumo na Amazônia é constatável ainda no século XVIII,

---

<sup>126</sup>Dias, 1:300.

<sup>127</sup>Maria de Nazaré Angelo Menezes e Gutemberg Armando Diniz Guerra, “Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias”, *Cadernos de ciência & tecnologia* 15, nº 3 (1998): 128–29.

quando um alvará régio datado em 1772 tenta proibir a continuação de sua produção.<sup>128</sup>

A produção e conseqüentemente o consumo desse produto sofre uma mudança a partir da década de 1760, quando a Coroa introduz entre as culturas produzidas, o “arroz branco da Carolina”. Essa inserção do gênero ocorre porque a metrópole resolve tornar a Amazônia lusa um novo mercado de produção de arroz que atendesse Portugal. É nesse contexto que, a partir de 1771, o produto passa a aparecer entre os exportados pela Companhia. Já nas fontes de “*Correspondências do Governador com Diversos*” há uma referência ao arroz em 1753 na quantidade de “8 paneiros”, todavia a sua presença se torna mais expressiva a partir da década de 1770 quando há registros, de acordo com esse corpo documental, de mais de 1.000 alqueires.

A terceira e última categoria é de “Consumo Interno” que foi composta organizando basicamente dois tipos de gêneros: os alimentícios (que representam 70,8% da categoria, com 97 menções de produtos de um total de 137) e os utilizados na fabricação de bens ou manutenção da vida cotidiana, como cal e breu. O vigário Noronha, em seu roteiro de viagem, enquanto se refere à vila de Cameté, afirma que a cal é um dos principais ramos de produção e comércio da vila.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup>Judith Carney e Rosa Acevedo Marin, “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”, *Estudos sociedade e agricultura*, 2013, 124.

<sup>129</sup>José Monteiro de Noronha, *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*, vol. 1 (EdUSP, 2006), parag. 15.



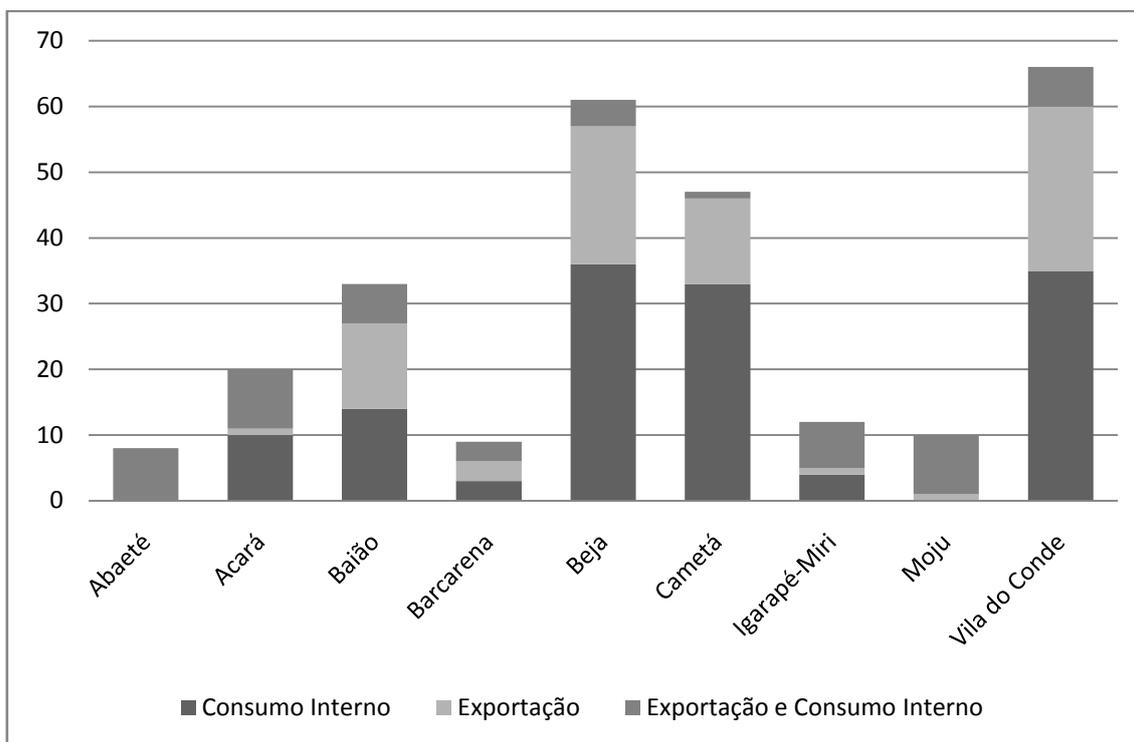
**Figura 1. Porcentagem da produção por destino no Vale do Tocantins**

Analisando os dados sobre as três categorias presentes na figura 1 fica claro que a produção para consumo interno é majoritária mesmo que se considerando sob uma perspectiva mais restrita, quando se anexa os valores dos produtos que podem tanto ser consumidos internamente ou ser exportados, o papel da produção de gêneros para consumo interno aumenta para mais de 70% de toda produção mencionada nas fontes analisadas.

Lembrando que os dados recolhidos não representam o valor total de tudo o que é produzido nas localidades, porém o que foi encontrado na documentação escolhida. Esses dados são utilizados para ajudar a pensar a importância de cada categoria de produção utilizada nesse trabalho. O objetivo é discutir a participação de cada categoria de produção aqui definida na economia colonial. Não é do escopo desta investigação fazer um balanço de toda a produção.

De qualquer modo, esse quadro produtivo não poderia ser diferente. Não há, no complexo amazônico à época, uma consolidada rede de distribuição dos gêneros de consumo capaz de abastecer lugares e vilas que não produzissem nada para sua subsistência. Em teoria, vide Directório, os sítios coloniais

eramna medida do possível autônomos em recursos. Na prática, há recorrente carestia e desabastecimento.



**Figura 2. Categorias de produção por vila**

Na figura acima fica claro que a produção para consumo interno está presente na maioria dos sítios analisados. Apenas Moju e a Abaeté não têm menção restrita ao consumo interno, porém, no caso de Moju, o produto listado como de “Exportação e Consumo Interno” é o arroz. Já em Abaeté, há uma única menção à produção de arroz, mas quando citado o produto se refere a uma colheita equivalente 1.000 alqueires, quantidade expressiva se pensados os padrões daquela unidade produtiva.

O gráfico também nos permite perceber que a produção para abastecimento é comum mesmo levando em conta sistemas agrários voltados à produção de gêneros para exportação. O que ajuda a desmistificar uma visão que percebe a produção para consumo interno como subalterna ou “dominada” pelo mercado mundial. Pelo contrário, é apenas tendo níveis básicos de capacidade de subsistência e abastecimento que se torna possível produzir para o mercado externo.

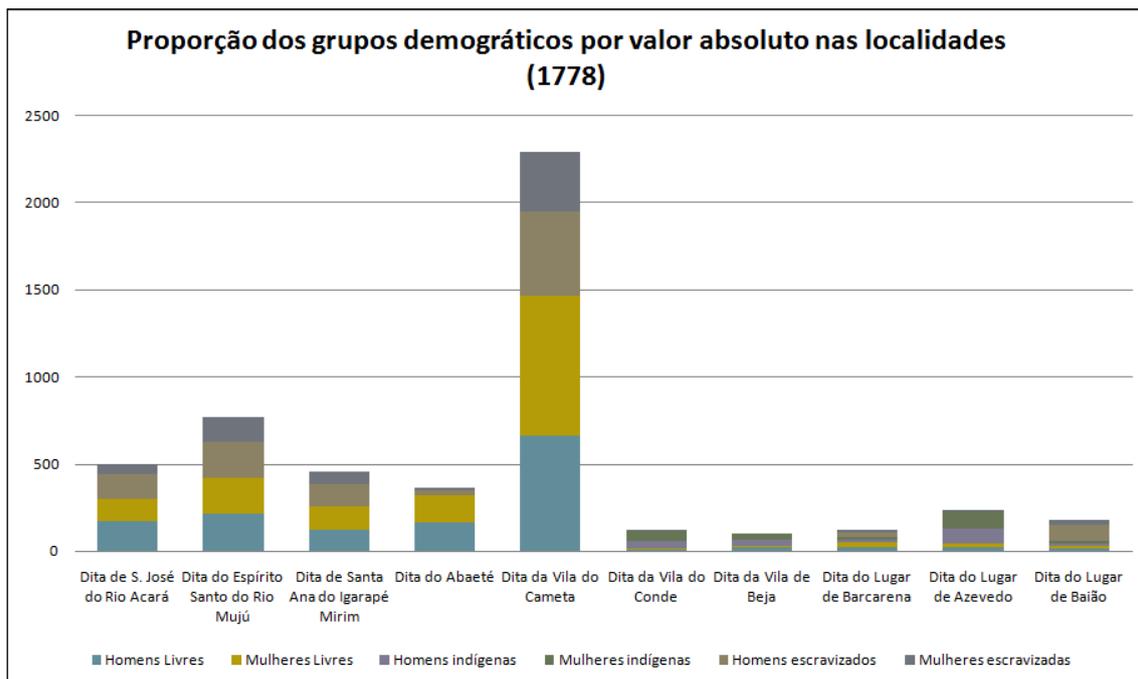
Em fontes voltadas à administração das localidades, a quantidade de relatos voltados ao que foi produzido para consumo interno é maior. Isso ocorre porque muito se relata sobre os dízimos pagos pelos moradores para a Tesouraria real, ou o que foi produzido pela Roça do Comum (roçado obrigatório que era plantado pelos indígenas). Porém, é justamente nesse tipo de fonte que se torna possível se abstrair dos esquemas que descrevem as “drogas do sertão” como único gênero a ser mencionado sobre a economia amazônica durante o período colonial.

Isso justifica, por exemplo, porque Vila do Conde e Beja têm maior produção que Cameté, haja vista que esta tem a maior capacidade produtiva da região do vale do Rio Tocantins. Dispõe de um contingente populacional, vide figura 3, quase 40 vezes maior do que Conde e Beja, que tem a menor população do vale do rio Tocantins.

Mesmo com o adendo feito no parágrafo anterior, fica claro na figura 2 que, mesmo nos locais com maior produção para exportação que são Vila do Conde, Beja, Cameté e Baião, a Farinha, principal gênero de consumo alimentício, é produzida em todos os sítios no baixo Tocantins.

No caso da região produtora de madeira, Abaeté, Acará, Igarapé-Miri e Moju, a regra permanece a mesma. De 50 registros 28 são de madeira. Quanto aos outros registros, exceto duas menções a água ardente e engenhos nesta região, os outros 20 se referem a gêneros alimentícios.

Tendo feita esta breve análise, fica evidente que a produção de gêneros voltados para o consumo interno não é de menor importância na região do Vale do Rio Tocantins. Pelo contrário, ela está presente em todos os lugares dessa região. E sua presença foi constatada como *sinequa non* nos lugares de maior número de menções com destino ao mercado mundial, quanto na sub-região madeireira do baixo Tocantins. Vide Figuras 4 e 5.



**Figura 3. Proporção dos grupos demográficos por valor absoluto nas localidades (1778).**

Como previamente discutido no segundo capítulo, a produção e a distribuição de mão de obra estão intrinsecamente relacionadas. O gráfico 3 apresenta dados retirados do censo demográfico de 1778 que contém informações das capitânicas do Pará e Rio Negro. Vale ressaltar que, como objetivo é analisar a distribuição de mão de obra, os dados que compõem o gráfico apenas consideram homens de 15 até setenta anos e mulheres quatorze até cinquenta.

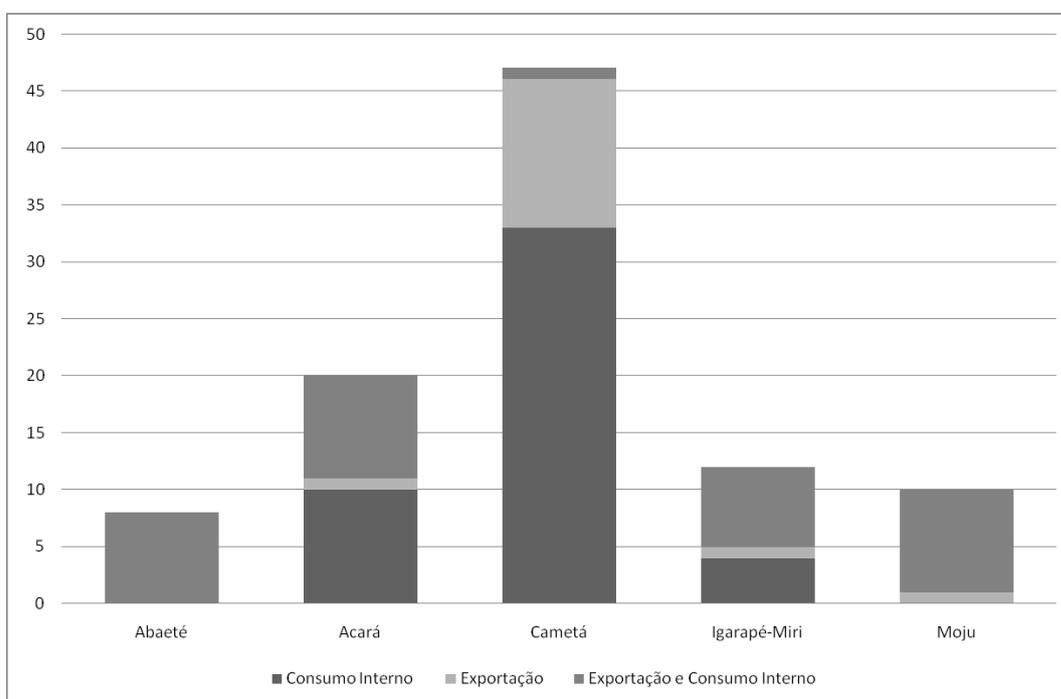
O primeiro dado que salta aos olhos é o tamanho de Cametá em relação às outras localidades do vale do rio Tocantins. Exceto Cametá, as outras nove localidades da região, contando Lugar de Azevedo, somam 2840 pessoas "livres em geral, índios aldeados e escravos" <sup>130</sup>. Cametá sozinha conta com 2285 pessoas dentro destas categorias de agrupamento demográfico.

Outro aspecto que precisa ser frisado é uma distorção provocada pela maneira como os dados foram coletados no século XVIII. De acordo com o Mapa, não existem homens e mulheres indígenas "aldeados"<sup>131</sup> em S. José do Rio Acará, Espírito Santo do Rio Moju, Santa Ana do Igarapé Mirim, Abaeté e Cametá. Porém, isso não significa que não havia indígenas nessas áreas, pelo

<sup>130</sup> Estas são as categorias adotadas pelo mapa de habitantes para discriminar a população.

<sup>131</sup> Categoria usada pela fonte.

contrário. Ocorria que não havia Directório nessas localidades e, por conseguinte, indígenas administrados, mas eles eram utilizados como mão de obra livre; emprestada pelos Diretores para "socorrer" alguma fazenda, ou serraria, por exemplo; ou trabalhando sob regime de soldada. Caso fosse utilizada a Lista Nominativa de 1780, cujos dados começaram a ser recolhidos em 1778, provavelmente haveria divergência entre os números. Esta incongruência acontece porque no momento da coleta de informações da lista nominativa contam todas as pessoas que estão sob tutela do cabeça de família. Dessa maneira, muitos indígenas emprestados pelo Diretor para colonos e produzindo sob o regime de soldada apareceriam.



**Figura 4. Tipos de produção dos locais com população livre e escrava e sem indígena aldeada.**

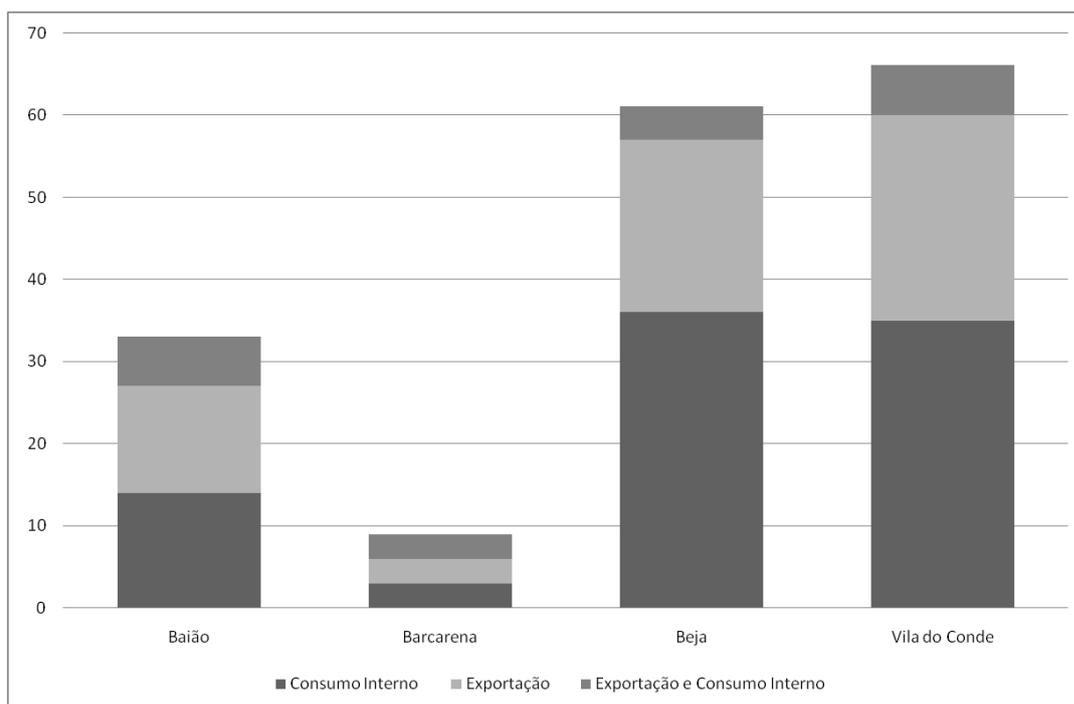
O que é perceptível na figura 4 (que cruza os dados de distribuição da mão de obra com as categorias de produção) é que, nas localidades onde não são citadas mão de obra indígena aldeada (administrada), em geral predomina a produção para Exportação e Consumo Interno somada a de exportação. Porém, exceto Abaeté e Moju, permanecem reforçando a hipótese de que a produção para “Consumo Interno” é pré-requisito para as outras duas categorias. O quadro é homogêneo exceto em Cametá onde a produção para consumo interno é altíssima, o que é compreensível dada à necessidade de abastecer sua

população que é desproporcional às outras localidades da região. Destoa também em Acará.

Em Abaeté há o predomínio da produção madeireira, com um uma menção ao arroz. Em Igarapé-Miri, a maioria dos produtos citados são madeira, menção a gêneros de abastecimento como mandioca e feijão, há o arroz que tem dupla destinação e a água ardente que está entre a lista de produtos exportados pela companhia. Já Moju, como descrito anteriormente, é citada por uma tríade de produtos: Madeira, Engenhos e Arroz.

Retornando para as duas destoantes, em Acará, a produção voltada à "Exportação" e "Exportação e Consumo Interno" são Madeira, Arroz e Água Ardente. Já Cameté, Cacau, Cravo, Urucu, Castanha, Arroz, Anil e Água Ardente.

Esse quadro indica primeiramente uma aferição óbvia. Para a presença escravizada africana, pressupõe-se a presença livre. Segundo, é importante destacar, como a madeira e o arroz se sobressaem nessas localidades. O caso de Cameté é mais uma vez destoante, visto que é a localidade com a maior diversificação produtiva relativa à produtos exportados pela companhia, porém dependente de uma altíssima produção de gêneros de abastecimento, reforçando nossa hipótese.



**Figura 5. Tipos de produção dos locais com população indígena aldeada presente.**

Nas localidades com população indígena aldeada, são perceptíveis três tipos de ocorrência dentre as quatro localidades analisadas. O primeiro é o caso de Beja e Conde, cuja produção predominante é destinada ao Consumo Interno, justificando a sua expressividade nas fontes e na Figura 2. Beja, no que tange a "Exportação" produz bastante Cacau, seguido de Salsa, Castanha e Cravo empatados; no caso da "Exportação e Consumo Interno", destaca-se Arroz, ha também Copaíba e Madeira, mas com poucas menções; na seara do "Consumo Interno", constata-se pescaria de Tartaruga e Peixe-boi, que explica a frequente menção de Manteiga, há descrição da produção de Mandioca, menciona se também estopa e breu, e referência a Azeite, Gado, Linguiça, Louro e Milho.

Em Vila do Conde, mais da metade das menções é de Consumo Interno. Assim como Beja, constata-se a pesca como um forte nicho de produção para abastecimento da vila, novamente, a Manteiga, e Óleo como consequência. Também produz estopa, algumas frutas e há menção ao Gado Vacum. No que tange à produção para "Exportação", o Cacau é o mais frequente, em segundo lugar empatado estão a Castanha e o Cravo, ocorrem também o Café, Algodão, Engenhos e Água Ardente, assim como a Salsa.

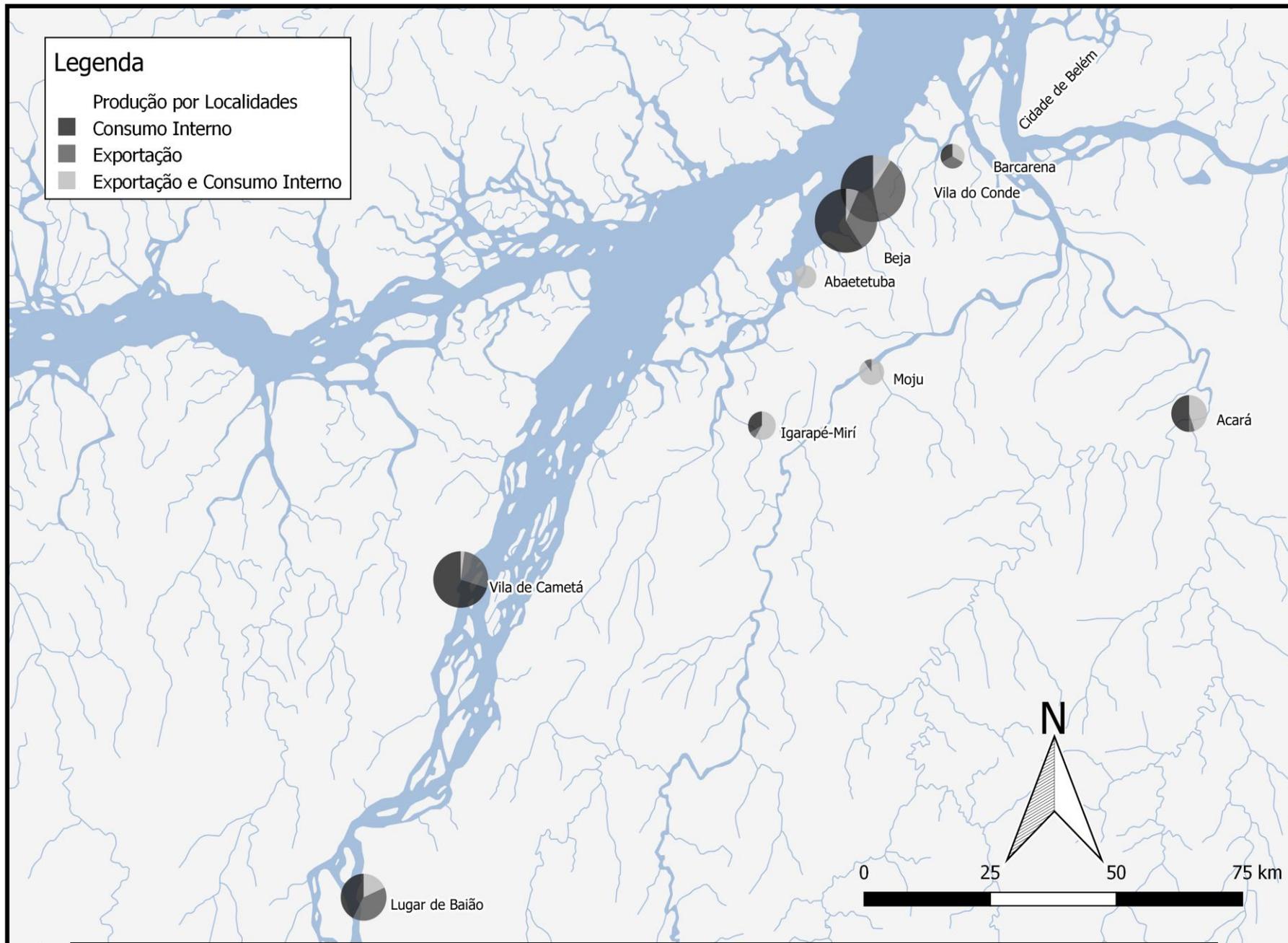
A segunda ocorrência é Barcarena, onde a produção é equivalente entre nas três categorias. No "Consumo Interno", há menções de Mandioca e Gado. Para "Exportação" Café, Cacau e Água Ardente. E em "Exportação e Consumo Interno", Arroz e Madeira.

A última ocorrência é Baião a produção para "Consumo Interno" é ligeiramente menor na soma das outras duas. Na primeira denota-se a Mandioca, o Milho e uma simples menção a pesca de Tartaruga. Com destino a "Exportação" constata-se a existência de Algodão, Cacau, Café e Cravo. Para "Exportação e Consumo Interno" menciona-se apenas o arroz.

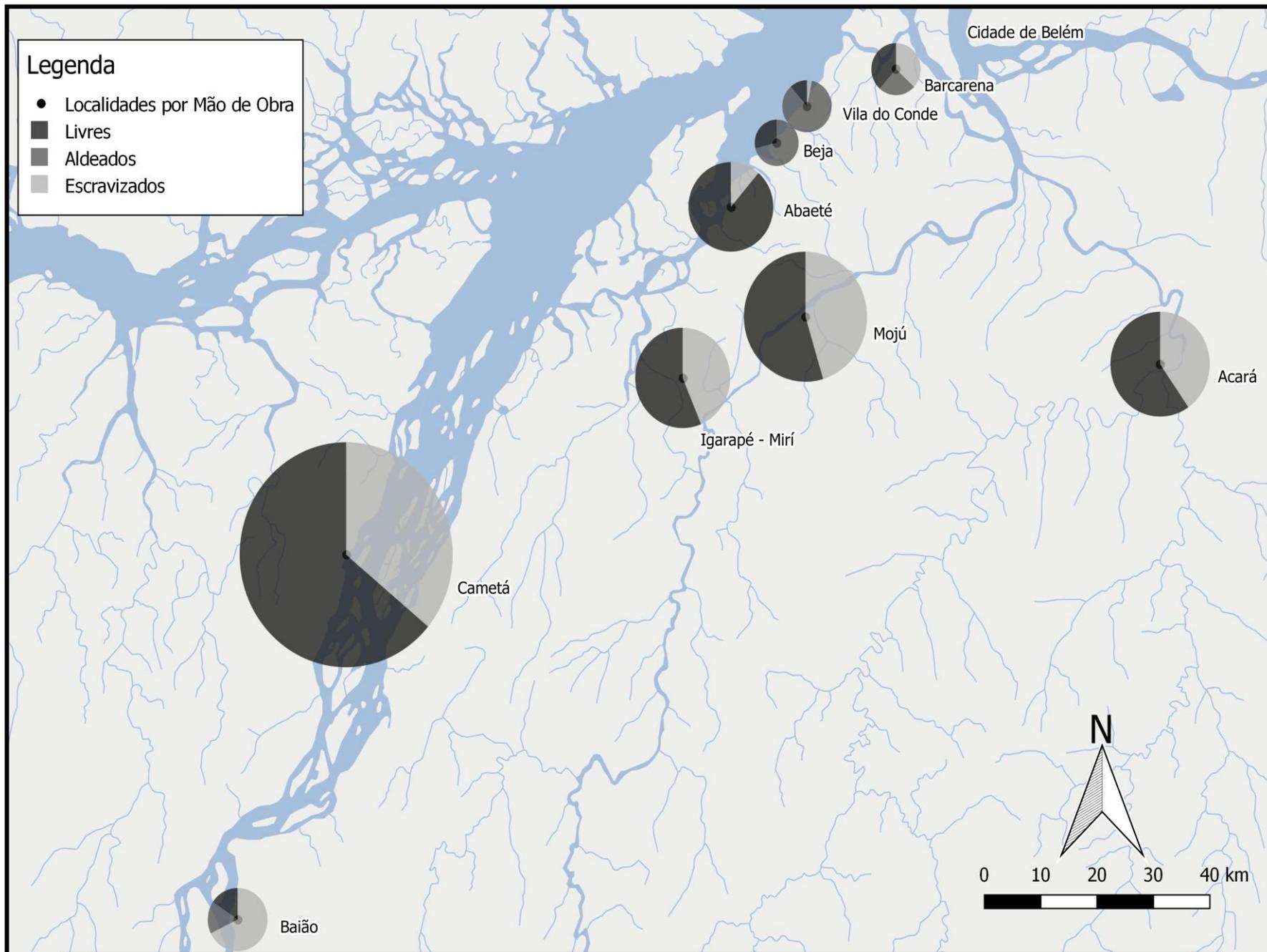
Independentemente do tipo de ocorrência, todas estas quatro localidades são de baixa população e um pouco mais heterogêneas que o primeiro grupo (localidades onde não constam indígenas aldeados). E aqui, até na terceira ocorrência onde é a menor referência para "Consumo Interno", está é individualmente superior as outras. Este quadro sugere, que dado a

predominância do "Consumo Interno" há, exceto em Baião e Barcarena e Cametá, menor presença escravizada. Vide Figura 5.

A seguir serão apresentados dois mapas permitindo uma visualização espacial dos dados discutidos neste capítulo. O objetivo está além da ilustração: a utilização sistemática do geoprocessamento é para permitir fazer reflexões e elaborar questões que não são possíveis recorrendo apenas a uma linguagem textual. Dessa maneira, observaremos os sítios coloniais divididos pelo tipo de produção e mão de obra, como se organizavam e relacionavam no espaço conformando uma região dentro da Amazônia portuguesa.



**Figura 6. Mapa das populações do vale do rio Tocantins com gráficos dos tipos de produção por localidade.**



**Figura 7. Mapa das populações do vale do rio Tocantins com gráficos dos grupos demográficos por localidade.**

A análise dos mapas sugere que as localidades com distribuição de mão de obra e nichos de produção semelhantes são agrupadas de forma contígua. A região madeireira de Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú e Acará. Beja, Vila do Conde e Barcarena. E, por fim, Cameté e Baião. É perceptível na articulação dos três grupos que há uma relativa especialização da produção e distribuição direcionada da mão de obra (que parece mais condicionada pelas variedades produtivas das localidades, do que um fator que determinou a produção nesse aspecto.).

Mojú, Acará, Igarapé-Miri e Abaeté vão respectivamente da segunda à quinta localidade mais populosa na região e todas compartilham do mesmo nicho produtivo. Produzem madeira que tanto pode ser utilizada na própria capitânia quanto podem se exportadas para outras regiões. E ambos compartilham de extensa mão de obra escravizada. É claro que, como atentado anteriormente, havia indígenas na região podendo ser contados como livres, ou emprestados de outras localidades pela diretoria da região de onde vinham.

Beja, Conde e Barcarena, além das semelhanças produtivas, compartilham notável contiguidade espacial. Neste grupo, Conde e Beja, respectivamente, têm maior e discrepante produção em relação à Barcarena. Todavia, compartilham a presença aldeada, tem as três maiores dentre as localidades do mapa, com destaque para Vila do Conde. Transversalmente, a produção nas duas mais populosas é eminentemente voltada para "Consumo Interno", com ênfase da pescaria em ambas. Com destino "Exportação e Consumo Interno", ambas produzem arroz e madeira. No que tange apenas "Exportação", Cacau, Castanha e Cravo são comparativamente os mais mencionados para ambos os sítios. Já Barcarena, a localidade com menor população e com menções equitativas entre as categorias de produção, destaca-se que foi invertida proporcionalmente na localidade a presença de Homens e Mulheres aldeadas em prol do crescimento de livres e escravizados. Diferenciou-se dos outros dois sítios deste grupo, por mencionar a Mandioca como produto mais frequente no que tange "Consumo Interno", mas no que tange "Exportação", produz também Cacau e Café em diálogo com as outras duas. E, assim como as Beja e Barcarena, Madeira e Arroz estão citadas para "Exportação e Consumo Interno". O não aparecimento do peixe pode ser

sugerido como consequência do desaparecimento de mão de obra aldeada. Destacando que apenas Cametá e Acará fazem menções a pescaria como parte de um nicho produtivo, além de Beja, Conde e Baião, que fazem parte das quatro localidades que contém mão de obra aldeada.

O terceiro e último grupo de contiguidade é aparentemente menos coeso porque Cametá e Baião têm tamanho populacional discrepante. Porém, algumas similaridades são perceptíveis em ambos os sítios, localizados às margens do rio Tocantins. Analisando demograficamente, é distinto o uso de mão de obra escrava em ambas as localidades. Proporcionalmente falando, escravizados corresponde à maior parte da população. Em Cametá, este não é proporcionalmente o maior segmento; são as pessoas livres. Porém, o valor supera em muito o maior em números absolutos caso analisado a região como um todo. Mas as maiores similaridades estão no fato de que mesmo sendo aquela um lugar de índio e esta uma vila, compartilham as menções ao Cacau, Café e Cravo com destino a "Exportação", cuja coleta é provável que esteja associada à presença da mão de obra escravizada. Inclusive, Baião, Barcarena e Conde são as únicas localidades que no mapa de habitantes aparecem com os três grupos populacionais.

Agora, finalizando, ao analisar a integração entre os três grupos recém discutidos do vale do rio Tocantins, é curioso perceber como Cametá produz gêneros mais semelhantes a Baião, Barcarena, Conde e Beja, que têm menor população e são consideradas localidades com tendência a dominação do mercado e de acordo com o mapa de habitantes, as únicas a ter indígenas aldeados. O que justifica, portanto, essa aproximação? Porque a dita vila não é mais próxima de sítios como Abaeté, Mojú, Igarapé-Miri, Acará, que tem corpo demográfico mais parecido?

A resposta são as conclusões desta investigação: 1) é pouco proveitoso dividir pura e simplesmente as localidades estudadas como produtoras de gêneros para o mercado externo ou para a subsistência. Os produtos de consumo interno estão sempre presentes e intrínsecos as vilas e freguesias cuja produção era orientada para exportação, haja vista os exemplos citados no parágrafo anterior.

2) Ainda que existam lugares cuja economia é orientada majoritariamente para o plantio de insumos alimentícios, é necessário questionar o seu grau de integração na economia colonial amazônica como um todo, até porque eles ensaiam a produção de gêneros para exportação, como é o caso de Baião. Levando em consideração a importância do consumo produtivo e as conclusões apresentadas até agora, esta parece ser uma definição incorreta. Destacam-se como argumentos que a produção da roça do comum nos Lugares de Índios que é destinada aos armazéns reais com o intuito de abastecer tropas e fortalezas ocupadas com a expansão e legitimação do território português na Amazônia; e, além disso, como esse plantio mantém viva a mão de obra indígena cujo objetivo é ser distribuída pelas vilas e freguesias “primordialmente” com economia voltada à exportação. Não seriam esses lugares, pensando na breve discussão feita sobre Produção, um elemento indissociável e integrado a um modelo econômico voltado a atender ao sentido colonizador da Coroa?

3) É possível afirmar que esta composição indissociável e complementar, que como visto no capítulo 2 já era presente no período missionário e pré-colonial, já que não foi encerrada no período pombalino, adquire uma forma material. Pode ser percebida pela configuração da região do vale do rio Tocantins. Tanto pela sua localização atual que perdura até hoje (exceto Azevedo que foi extinta) quanto pela contiguidade dos tipos de produção. Mais ao interior do território focam na extração de madeira e às margens do rio estão estreitamente relacionadas à produção destinada aos gêneros alimentícios e para exportação.

## **Conclusão**

A tentativa de escrever a formação econômica do país, durante o século XX, acarretou na periferização da Amazônia. São emblemáticas as representações que reduzem a história dessa região a área de conquista, um espaço cuja história é contada exclusivamente sob essa perspectiva, ou, eventualmente, destacando as drogas do sertão e a borracha. E, com agentes internos sempre passivos às reformulações políticas oriundas da metrópole.

Todavia, como ressaltamos, desde o final do século passado, este quadro começou a mudar em consequência do surgimento de uma historiografia centrada nos estudos amazônicos que rompiam com essas visões esquemáticas, propondo abordagens diferentes e mais completas. Esse movimento tem apenas adquirido maior escopo. Por isso, foi possível reconstruir de forma panorâmica, no segundo capítulo, a economia da Amazônia durante o século XVIII destacando a sua produção para abastecimento.

E, com o intuito de agregar, na medida do possível, a essas análises o terceiro capítulo executou uma pesquisa empírica. O objetivo foi lançar luz a um tema que ainda não foi amplamente estudado e que, além da curiosidade, tem a capacidade de esclarecer a organização da sociedade colonial na Amazônia. Momento em que também foi utilizado o geoprocessamento como ferramenta para a criação de novas formas de análise do objeto.

Por fim, esperamos que tenham ficado claras as restritas representações feitas sobre a Amazônia. E, como estudos com foco na região e que encaram a história colonial da América Portuguesa além da relação simplificada entre metrópole e colônia, são capazes de revelar aspectos relevantes da colonização e da formação econômica do que hoje chamamos de Brasil.

## Referências Bibliográficas

- Anderson, Robin L. *Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest, 1758-1911*. Gainesville: University Presses of Florida, 1999.
- Angelo-Menezes, Maria de Nazaré. “Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* 17, nº 1 (2000): 91–122.
- . *História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800). Rupturas e estabilidades*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1994.
- . “O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação”. *Projeto História*. São Paulo, nº 18 (1999).
- Becker, Bertha, e Claudio Egler. “Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?” In *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 201–8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- Brown, Larissa V. “Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1788)”. Organizado por Maria Beatriz Nizza da SILVA. *Dicionário da história da colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa / São Paulo: Verbo, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S., e Héctor Pérez BRIGNOLI. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- Carney, Judith, e Rosa Acevedo Marin. “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”. *Estudos sociedade e agricultura*, 2013.
- Carreira, António. *As companhias pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Vol. 57. Editorial Presença, 1983.
- Coelho, Mauro Cezar. “Do sertão para o mar—Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)”. Universidade de São Paulo, 2005.
- Costa, Francisco de Assis. “A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)”. *Economia e Sociedade* 21, nº 1 (2015): 197–219.
- Dias, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a companhia Geral do Grao Pará e Maranhao (1755-1778)*. Vol. 1. Universidade Federal do Pará, 1970.
- Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão : em quanto Sua Magestade não mandar o contrario (1758).
- Domingues, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- Faber, Marcos Emílio Ekman, e Ismael Wolf. “RESENHA DE HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL DE CAIO PRADO JUNIOR”. *historialivre*, 22 de novembro de 2007. <http://www.historialivre.com/brasil/caiopradojr.htm>.
- Farage, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GIL, T. L. *Como se faz um banco de dados (em história)*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.
- Leão, Igor Zanoni Constant Carneiro. “A história econômica do Brasil (1500/1820), de Roberto Simonsen”. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes* 22, nº 1 (2015): 75.
- Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- Menezes, Maria de Nazaré Angelo. “Repertório de Manuscritos que relatam a história dos sistemas de produção agroextrativista do baixo Tocantins: Fontes existentes no Arquivo Público do Estado do Pará”, *PAPERS DO NAEA*, 2000, 01-51.
- Menezes, Maria de Nazaré Angelo, e Gutemberg Armando Diniz Guerra. “Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias”. *Cadernos de ciência & tecnologia* 15, nº 3 (1998): 123–145.
- Noronha, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. Vol. 1. EdUSP, 2006.
- Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 28º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Ramalho, João Pedro Galvão. “Viçosa da Santa Cruz de Camutá - Atlas Digital da América Lusa”. Acessado 14 de novembro de 2017. [http://lhs.unb.br/atlas/Vi%C3%A7osa\\_da\\_Santa\\_Cruz\\_de\\_Camut%C3%A1](http://lhs.unb.br/atlas/Vi%C3%A7osa_da_Santa_Cruz_de_Camut%C3%A1).
- Ramalho, João Pedro Galvão, Carlos Carvalho, Nayara Rocha, Carlos Henrique Alves dos Reis, Felipe Ponce de Leon, Manoel Rendeiro, Leonardo Barleta, et al. *Atlas Histórico da América Lusa*. Acessado 15 de maio de 2017. [https://www.academia.edu/28209599/Atlas\\_Hist%C3%B3rico\\_da\\_Am%C3%A9rica\\_Lusa](https://www.academia.edu/28209599/Atlas_Hist%C3%B3rico_da_Am%C3%A9rica_Lusa).
- Ramalho, João Pedro Galvão, e Manoel Rendeiro Neto. “Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha”. In *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*, organizado por Carlos Valencia Villa e Tiago Luís Gil, 1ª., 165–98. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2017.
- Ravena, Nirvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. *Novos Cadernos NAEA* 8, nº 2 (2008).
- Ravena, Nirvia, e Rosa Elizabeth Acevedo Marin. “A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o abastecimento eo extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial”. *Varia Historia* 29, nº 50 (2013): 395–420.
- Sampaio, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- Santos, Francisco Jorge dos. “Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)”. Dissertação (Mestrado em História)–USP, 1995.
- Santos, Francisco Jorge dos, e Patrícia Maria Melo Sampaio. “1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa”. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos* 8, nº 2 (2008): 79–98. <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/307>.

- Schwartz, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Companhia das Letras, 2009.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: Mercado Interno, regiones y espacio económico*. Lima: IEP, 1982.
- Simonsen, Roberto C. “História econômica do Brasil: 1500-1820”, 2005.
- Sommer, Barbara Ann. “Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Para, Brazil, 1758–1798”, 2000.